



## COMUNICADO Nº 143/2025-CEV/UECE

(27 de agosto de 2025)

Dispõe sobre o resultado da análise dos recursos relativos à Prova Objetiva do Concurso para Oficial Investigador de Polícia da Polícia Civil do Estado do Ceará.

A Presidente da Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará - CEV/UECE, no uso de suas atribuições e considerando os Editais Nº 01-PC/CE, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE) de 15/04/2025, e Nº 02-PC/CE, DOE de 23/04/2025, que regulamentam o Concurso Público para provimento de cargos de Oficial Investigador de Polícia da Polícia Civil do Estado do Ceará, **torna públicas** as seguintes informações.

1. A Prova Objetiva do Concurso Público para o cargo de Oficial Investigador de Polícia da Polícia Civil do Estado do Ceará foi aplicada no dia 03/08/2025.
2. Nos dias 05 e 06 de agosto de 2025, período previsto no Cronograma de Eventos do Concurso, foram recebidos recursos no site do Concurso ([www.cev.uece.br/oippcce](http://www.cev.uece.br/oippcce)) questionando o Gabarito Oficial Preliminar e os enunciados das questões da Prova Objetiva do Concurso Público para Soldado da Polícia Militar do Ceará.
3. No **Anexo I** deste Comunicado constam os Gabaritos Oficiais Definitivos das Provas Objetivas do Concurso para Oficial Investigador de Polícia da Polícia Civil do Estado do Ceará.
4. No **Anexo II** deste Comunicado constam os pareceres das bancas em resposta aos recursos referente aos enunciados das questões e gabaritos preliminares.

Fortaleza, 27 de agosto de 2025

Profa. Germana Costa Paixão  
Presidente da CEV/UECE

**ANEXO I DO COMUNICADO Nº 143/2025-CEV/UECE, DE 27/08/2025**

Gabaritos Oficiais Definitivos das Provas Objetivas do Concurso para Oficial Investigador de Polícia da Polícia Civil do Estado do Ceará.

GABARITO DEFINITIVO 1																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	C	D	A	D	B	C	B	A	A	E	X	C	C	X	A	E	D	B	C	B	C	A	D
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	B	D	C	B	D	C	C	E	E	A	D	X	E	E	D	A	A	B	B	C	B	C	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
A	D	B	E	X	D	B	E	A	C	C	B	A	D	D	B	A	C	C	B	C	E	E	A	D
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
A	A	C	B	D	E	C	E	D	A	E	E	D	A	C	D	E	A	D	E	B	E	C	D	A

GABARITO DEFINITIVO 2																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
B	A	E	B	D	A	D	D	D	D	E	B	X	E	E	X	C	C	E	A	B	A	A	B	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	B	E	C	A	A	C	D	E	A	X	A	A	C	B	B	C	D	A	A	D	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	B	C	D	X	B	D	D	D	A	B	E	B	E	C	A	D	E	E	E	E	C	A	D	A
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
D	C	D	C	E	D	D	B	A	C	D	B	A	D	D	C	D	C	E	C	E	B	B	E	B

GABARITO DEFINITIVO 3																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
E	E	B	C	E	E	A	A	C	B	C	C	X	A	A	X	D	D	C	C	D	D	E	E	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	E	D	B	D	C	E	B	E	D	C	C	E	X	B	D	A	D	D	A	C	E	C	E	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
B	A	A	C	X	C	A	B	C	B	A	D	C	A	A	D	E	B	A	A	A	B	C	B	E
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
B	E	E	E	C	B	B	D	E	D	C	C	B	B	B	E	A	E	C	B	A	C	E	C	C

GABARITO DEFINITIVO 4																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	D	D	A	B	B	E	B	A	E	D	D	X	B	B	X	B	B	A	E	A	C	D	D	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	C	C	A	A	A	D	B	B	A	D	C	X	D	C	B	E	C	D	A	D	E	A	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
D	C	D	A	X	A	E	C	B	D	E	C	D	C	E	C	C	D	B	C	B	D	B	E	B
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	B	A	D	A	C	E	C	C	E	A	D	E	C	E	B	C	D	A	A	D	D	D	B	D

X – Questão anulada.

Pareceres das bancas em resposta aos recursos referente aos enunciados das questões e gabaritos preliminares.

Língua Portuguesa (questões 1 a 10)

**Questão 1 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 1 aborda o tema central em torno do qual se organiza o texto, o que equivale ao correspondente “Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta compreensão da ideia principal do texto. Assim, analisam-se as opções.

A opção que contém “o abandono animal, representado pela atitude do narrador em manter apenas um filhote da ninhada” está incorreta, pois não há abandono, por parte do personagem narrador.

A opção que contém “o tratamento humanizado do animal de estimação como causa de incômodo para o narrador” está incorreta, porque não há situações de incômodo causada pelo animal para o narrador.

A opção que contém “a solidão do narrador e a descrição de sua profissão, diretamente relacionada ao animal” está incorreta, porque não há deliberada intenção do narrador de descrever sentimento ou características da profissão.

A opção que contém “a limitação da vida doméstica do animal em comparação aos passeios externos junto ao narrador” está incorreta, porque não situa o texto na vida doméstica do animal ou mesmo em seus passeios.

A opção que contém “a relação afetiva entre um animal de estimação e seu tutor, que marca a vida de ambos” está correta, porque é ideia mobilizadora de todo o texto.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 2 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 2 requer o “Reconhecimento de tipos e gêneros textuais”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o correto reconhecimento do que classifica o texto selecionado para a prova como uma crônica, conforme, analisados nas opções.

A opção que contém “transmite uma lição de moral ou ensinamento sobre a vida, com personagens antropomorfizados” não está correta, porque a ação de ensinar por meio de conteúdo moralizante, não é característica da crônica.

A opção que contém “descreve feitos heroicos e eventos históricos relevantes com exaltação cultural” não está correta, pois não é característica da crônica descrever eventos.

A opção que contém “explora temas, personagens e enredos diversos, com uma abordagem profunda do universo ficcional dos personagens” não está correta, porque a crônica, por ser um texto curto, não explora diversidade de enredos ou mesmo faz profundidade na abordagem dos temas.

A opção que contém “utiliza elementos fantásticos e sobrenaturais para explicar a origem dos fenômenos e das tomadas de decisões dos personagens” não está correta, porque não há a presença de elementos fantásticos na crônica.

A opção que contém “aborda assuntos do cotidiano, com poucos personagens, em uma perspectiva de observação e reflexão” está correta, pois apresenta a marca definidora da crônica, ou seja, remeter a fatos cotidianos observados pela perspectiva literária.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 3 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 3 solicita a “substituição de palavras ou de trechos de texto”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação da opção na qual a expressão “fumos fidalgos” é equivalente em sentido. Para isso, o candidato deve recorrer ao texto e observar o valor semântico na relação entre os elementos, conforme analisadas as opções.

A opção que contém “gestos empáticos” não está correta, porque o sentido de empatia que vai na direção contrária ao da expressão destacada.

A opção que contém “atitudes arrogantes” está correta, porque equivale a dizer que o animal, devido ao excesso de mimos e, com o passar da idade, ficava arrogante.

A opção que contém “características dinâmicas” não está correta, porque não há relação com dinamismo na expressão.

A opção que contém “sentimentos amorosos” não está correta, porque não há conotação positiva na expressão.

A opção que contém “feições generosas” não está correta, porque não há conotação positiva na expressão.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.pela CEV/UEce.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 4 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 4 demanda do candidato que empregue corretamente o sinal indicativo de crase. Assim, contempla o conteúdo do programa “emprego do sinal indicativo de crase” previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático). Para isso, analisam-se as opções.

A opção que contém “O homem ficou cara à cara com seu novo animal de estimação” não está correta, porque há apenas a preposição “a”, não havendo a necessidade do sinal indicativo de crase.

A opção que contém “Ele escreveu à lápis um bonito texto sobre animais” não está correta, porque a palavra lápis é masculina, logo há apenas uma preposição, não havendo a necessidade do sinal indicativo de crase.

A opção que contém “O homem encostou o animal à face em um gesto carinhoso” está correta, porque o “à” na expressão “à face” é o encontro da preposição e do artigo feminino que antecede o substantivo também feminino, havendo a necessidade do sinal indicativo de crase.

A opção que contém “Não estava disposto à desistir da vida de escritor” não está correta, porque verbos não admitem ser precedidos por artigos, logo não há a necessidade do sinal indicativo de crase.

A opção que contém “A vizinhança aderiu à estas campanhas de adoção animal” não está correta, porque pronomes demonstrativos não admitem artigos, logo há apenas uma preposição, não havendo a necessidade do sinal indicativo de crase.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 5 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 5 demanda do candidato que reconheça elementos que estabeleçam corretamente a coesão textual, contemplando o que preceitua o item: “domínio dos mecanismos de coesão textual”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático). Assim, analisam-se as opções.

A opção que contém “[...] por isso eu precisei das duas para segurá-la [...]” está correta porque o elemento destacado refere-se ao tamanho do animal de estimação do autor, conteúdo apresentado ao leitor anteriormente.

A opção que contém “E também contra aqueles que não aceitam os que se amam”, não está correta, porque o termo destacado não se refere a animais, mas a “aqueles” anteriormente expresso.

A opção que contém “E, como eu não tinha muito jeito, encostei-a ao peito para que ela não caísse.” está correta, porque os termos destacados referem-se ao mesmo elemento, isto é, referem-se ao animal de estimação do narrador.

A opção que contém “Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas que se armam.” Está correta, porque o termo destacado é um pronome relativo e refere-se a “ciladas”, expresso anteriormente.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 6 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 6 contempla o item “domínio da estrutura morfosintática do período”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, que assinale a opção que apresenta corretamente a classificação das expressões e termo destacados do trecho: “Eu me considerava um profissional decente. Até semana passada, houvesse o que houvesse, procurava cumprir o dever dentro de minhas limitações.”

Assim, a opção correta é aquela que analisa da seguinte forma: a expressão “um profissional decente” como predicativo do objeto, pois é o termo da oração que atribui uma qualidade ao objeto, fazendo parte do predicado verbo-nominal. Para a expressão “o dever”, a classificação remete a objeto direto, pois complementa o verbo transitivo ‘cumprir’ sem a necessidade de preposição. O termo “minhas” classifica-se como adjunto adnominal por ser um termo acessório que modifica o substantivo ‘limitações’.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de alteração do gabarito e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 7 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 7 contempla o item: “relações de subordinação entre orações e entre termos da oração”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, que assinale a opção com a classificação correta do tipo de oração subordinada destacada no trecho: “Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas que se armam”. No caso, a opção correta é aquela que consta a classificação de oração subordinada adjetiva restritiva, pois limita o sentido do termo antecedente (as ciladas armadas).

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 8 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 8 contempla o item: “emprego dos sinais de pontuação”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, que assinale a opção com a correta relação entre o sinal de pontuação destacado e a função semântica proposta pelo enunciado. Seguem as opções analisadas.

A opção que contém “O que fazer contra o vento?” está correta, porque o ponto de interrogação aponta uma reflexão a partir de interação com o leitor, principalmente, quando introduz uma pausa meditativa do narrador ao indagar sobre a situação vivenciada.

A opção que contém “Era pouco maior do que minha mão: por isso eu precisei das duas para segurá-la, 13 anos atrás” não está correta, porque não há pausa longa ou isolamento, mas uma explicação após o uso dos dois pontos.

A opção que contém “Dias depois, quando abriu os olhinhos, olhou-me fundamente: escolheu-me para dono.” Não está correta, porque não há enumeração. As vírgulas estão isolando um adjunto adverbial de tempo.

A opção que contém “Amá-la — foi a resposta e também acredito que ela entendeu isso” não está correta, porque o travessão, neste caso, não está para demarcar diálogo entre os personagens, mas para destacar informações importantes do texto.

A opção que contém “E passeávamos pela Lagoa, com a idade ela adquiriu ‘fumos fidalgos’” não está correta, porque as aspas não estão grafadas para sinalizar expressão estrangeira, mas para destaque de uma consagrada expressão literária para uma característica de arrogância da personagem.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 9 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 9 contempla o item: “concordância verbal e nominal”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, que assinale a opção em que a concordância verbal esteja devidamente realizada. Seguem as opções analisadas.

A opção que contém “Todos ali queriam terem momentos felizes com os amigos” não está correta, porque não se flexionam os dois verbos.

A opção que contém “Houveram momentos em que ele quis desistir da profissão” não está correta, porque o verbo haver no sentido de existir é impessoal, isto é, não vai para o plural.

A opção que contém “Muitas pessoas haviam abraçado a causa animal” está correta, porque é o uso formal de ‘tinham abraçado’, ou seja, é o verbo conjugado no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo, indicando uma ação que ocorreu antes de outra ação passada.

A opção que contém “Fazem dois meses que ele foi transferido de setor” não está correta, porque o verbo fazer, usado para indicar tempo decorrido, é impessoal e deve ser conjugado na 3ª pessoa do singular.

A opção que contém “O escritor e o amigo sentia saudade do animal de estimação” não está correta, porque há dois núcleos do sujeito e o verbo deveria estar na 3ª pessoa do plural para a concordância correta.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativo, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE..

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 10 (Língua Portuguesa):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 10 contempla o item: “emprego de acentuação gráfica”, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, que assinale a opção em que a correspondência entre o proposto pelo enunciado acerca das regras de acentuação e a aplicação esteja correta. Seguem as opções analisadas.

A opção que contém “seriíssimo, ordinário e possível” não está correta, porque há duas palavras paroxítonas e uma proparoxítona e se submetem a regras diferentes de acentuação gráfica.

A opção que contém “dinâmica, crônica e passeávamos” está correta, porque todas são proparoxítonas e se submetem à mesma regra de acentuação gráfica.

A opção que contém “rábula, notícia e também” não está correta, porque uma palavra é proparoxítona, uma é paroxítona e uma é oxítona e por isso se submetem a regras diferentes de acentuação gráfica.

A opção que contém “médicos, mínimo e atrás” não está correta, porque duas palavras são proparoxítonas e uma oxítona e se submetem a regras diferentes de acentuação gráfica.

A opção que contém “só, três e está” não está correta, porque há dois monossílabos tônicos e uma palavra oxítona e por isso se submetem a regras diferentes de acentuação gráfica.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma elucidativa, para o candidato, a exigência do item para que haja uma única alternativa correta é atendida. Portanto, recomenda-se, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE. **Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### **Informática (questões 11 a 20)**

#### **Questão 11 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão aborda o item 1 do Programa da Disciplina de Informática (Sistema Operacional:

Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos.):

O Histórico da Área de Transferência é uma funcionalidade que permite acessar uma lista completa do que foi copiado recentemente, como links, imagens e trechos de texto. É uma ferramenta para quem trabalha com muitas informações ao mesmo tempo, pois evita que usuário tenha que copiar tudo novamente. Para abrir, basta usar o atalho Windows + V.

A função no Windows 11 que possibilita a sincronização automática entre dispositivos com a mesma conta Microsoft é a Sincronização de Configurações. Essa funcionalidade permite que configurações como temas, senhas, favoritos do navegador, histórico de navegação e outras preferências sejam automaticamente replicadas em todos os dispositivos conectados à mesma conta Microsoft.

Como funciona:

##### **1. Configuração:**

Em cada dispositivo, é preciso estar conectado com a mesma conta Microsoft.

##### **2. Habilitando a sincronização:**

Vá em "Configurações" > "Contas" > "Sincronizar suas configurações" e ative a opção de sincronização.

### 3. Sincronização automática:

As configurações serão atualizadas e sincronizadas automaticamente entre os dispositivos sempre que houver alterações, ou periodicamente, dependendo da configuração.

### 4. Exemplos:

Se o tema do computador for alterado em um dispositivo, ele será atualizado no outro dispositivo. Se o usuário salvar um favorito no Edge em um dispositivo, ele aparecerá no outro.

Outros recursos relacionados:

- Onedrive:

Permite sincronizar arquivos e pastas entre dispositivos, facilitando o acesso aos mesmos arquivos em diferentes computadores e dispositivos móveis.

- Vincular ao celular:

Conecta seu celular (Android ou iOS) ao seu PC, permitindo acessar mensagens, notificações e fotos do celular no computador, e vice-versa.

- Histórico da Área de Transferência

Permite copiar e colar texto entre dispositivos. O texto copiado pode ser sincronizado e acessado em outros dispositivos, desde que a sincronização da área de transferência esteja ativada. Ou seja, somente se e somente se a funcionalidade da “configuração de sincronização” esteja habilitada. Dessa forma, a funcionalidade do histórico da área de transferência por definição de seu uso padrão não é realizar sincronização que é permitida por outra função do próprio windows 11.

Ao usar sua conta Microsoft em vários dispositivos, você pode manter suas configurações e arquivos consistentes, aumentando a produtividade e a conveniência.

As respostas previstas no gabarito preliminar atendem aos princípios de **coerência técnica**, **aderência a padrões reconhecidos** e **equidade na avaliação dos candidatos**. Os indeferimentos foram conduzidos de forma a manter **rígido controle de qualidade na avaliação** sem restringir soluções viáveis.

**Portanto, a decisão da banca pode ser considerada tecnicamente sólida, alinhada com normas internacionais e coerente com as definições e conceitos de TI.**

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 12 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 12 aborda o Tópico 06 do Programa da Disciplina de Informática (Mozilla Firefox/ Google Chrome – Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas):

“Em navegadores web, uma URL (Uniform Resource Locator) representa “.

A opção que contém o texto “o protocolo de criptografia usado na conexão” está errada. O protocolo (HTTP, HTTPS, FTP etc.) faz parte da URL, mas a URL não é apenas o protocolo. É apenas um componente da URL, e não a sua definição completa.

A opção que contém o texto “o histórico de navegação do usuário” está errada porque o histórico de navegação corresponde ao registro local das páginas acessadas pelo usuário, não a uma URL. Histórico é um registro armazenado localmente no navegador, não uma URL em si.

A opção que contém o texto “a velocidade de conexão com a internet” está errada, porque velocidade de conexão é um parâmetro técnico da rede, não tem relação com a definição de URL. A URL não tem relação com a taxa de transmissão.

A opção que contém o texto “o tipo de arquivo que está sendo baixado” está errada porque a extensão do arquivo pode aparecer no fim de uma URL, mas não é o que a URL representa. Embora extensões apareçam em URLs (ex: .html, .jpg, .pdf), isso não define a URL como um todo.

A opção que contém o texto “o endereço de um recurso na internet” está correta porque a URL é a forma padronizada de identificar e localizar um recurso específico na internet (página, arquivo, serviço etc.). A URL identifica de forma única o endereço de um recurso (página, arquivo, imagem, serviço etc.) em uma rede, normalmente a Internet.

As respostas da banca atendem aos princípios de coerência técnica, aderência a padrões reconhecidos e equidade na avaliação dos candidatos. Portanto, a decisão da banca pode ser considerada tecnicamente sólida, alinhada com normas internacionais e coerente com as definições e conceitos de TI.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 13 (Informática):**

##### **Fundamentação da Banca:**

A Questão 13 aborda o Tópico 02 do Programa da Disciplina de Informática (LibreOffice/Apache OpenOffice – Writer: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto).

Segundo o Gabarito Preliminar, a opção correta é a que contém o texto “estilos de cabeçalho aplicados aos títulos.”

A opção que contém o texto “apenas numeração de páginas configurada”, embora incorreta como resposta única, a presença de numeração de páginas pode, sim, ser considerada um requisito para a utilidade prática do índice, já que este normalmente referencia páginas. Assim, um candidato poderia considerar a numeração como essencial, configurando interpretação parcialmente válida.

A opção que contém o texto “estilos de cabeçalho aplicados aos títulos” seria considerada correta, pois os estilos de cabeçalho são utilizados pelo LibreOffice Writer para estruturar o índice automático. Contudo, o enunciado não especifica “único requisito” ou “pré-requisito fundamental”, abrindo margem para candidatos associarem outras condições como igualmente necessárias.

A opção que contém o texto “tabelas inseridas em cada seção” tecnicamente não obrigatórias, mas em determinados contextos de documentos técnicos ou acadêmicos, tabelas podem ser utilizadas em índices de ilustrações, confundindo candidatos quanto ao foco da questão (índice de conteúdo vs. índice de objetos).

Na opção que contém o texto “campos de data e hora predefinidos”, embora não sejam necessários para o índice, esses campos fazem parte dos recursos automáticos de atualização do Writer, o que pode induzir à interpretação de que seriam relevantes para a automatização geral do documento.

Na opção que apresenta o texto “controle de quebras manuais de página”, embora não seja um requisito para o índice, as quebras manuais têm influência na organização do documento e na localização das seções, podendo induzir candidatos a acreditar que seriam indispensáveis para a indexação adequada.

Após análise minuciosa e criteriosa, a banca avalia que a questão referente ao LibreOffice e seus utilitários apresentou imprecisão técnica e margem para interpretações ambíguas em suas alternativas, comprometendo a objetividade e a unicidade da resposta, indispensáveis em provas de múltipla escolha. Por razões de isonomia e em respeito à lisura do certame, delibera-se pela anulação da questão.

**Conclusão da Banca:** Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

#### **Questão 14 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 16 trata do Raciocínio Lógico Matemático envolvido em uma coleção ordenada de números inteiros positivos. São apresentados os 08 A Questão 14 aborda o Tópico 03 do Programa da Disciplina de Informática (LibreOffice/Apache OpenOffice – Calc: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.).

Segundo o Gabarito Preliminar, a opção correta é a que contém o texto “buscar um valor em uma tabela e retornar um valor correspondente.”.

A função PROCV (VLOOKUP) é uma das mais utilizadas em planilhas para cruzamento de dados, sendo essencial para buscas verticais em tabelas.

A opção indicada no gabarito preliminar descreve corretamente a função PROCV no LibreOffice Calc, estando em conformidade com o nível de detalhamento exigido no edital, que prevê apenas noções de LibreOffice Calc. As alegações de incompletude ou omissão técnica (como busca apenas da esquerda para a direita ou possibilidade de busca exata/aproximada) tratam de particularidades avançadas da função, que não eram objeto da questão. Ressalte-se que não há ambiguidade real, pois somente essa alternativa expressa de forma adequada o conceito fundamental do PROCV. Ainda, enfocando a nomenclatura da função (PROCV no LibreOffice versus VLOOKUP no Excel), o uso das duas denominações não compromete a objetividade da questão, já que ambas são reconhecidas e equivalentes, e o enunciado mantém aderência ao edital.

Também, não se verifica ambiguidade ou possibilidade de múltiplas respostas corretas. A função PROCV, no LibreOffice Calc, e a função VLOOKUP, no Microsoft Excel, possuem equivalência funcional e são amplamente reconhecidas na literatura técnica, sendo comum a menção conjunta das nomenclaturas para fins didáticos, e a opção correta reflete exatamente a definição oficial da função no software previsto no edital. Não há erro técnico, pois a nomenclatura em português (PROCV) foi expressamente indicada.

A opção que contém o texto “calcular a média de valores em uma coluna” é incorreta, porque essa é a função MÉDIA().

A opção que apresenta o texto “buscar um valor em uma tabela e retornar um valor correspondente” está correta, porque a função PROCV (VLOOKUP) serve para localizar um valor em uma tabela (geralmente na primeira coluna) e retornar outro valor da mesma linha em uma coluna especificada.

A opção que contém o texto “contar o número de células não vazias em uma planilha” está incorreta, porque essa é a função CONT.VALORES().

A opção que apresenta o texto “formatar condicionalmente as células de acordo com critérios” está incorreta, porque se trata de um recurso de formatação condicional, não de uma função de busca.

A opção “inserir automaticamente a data atual em uma célula” está incorreta porque essa é a função HOJE().

Gabarito Correto: Alternativa correta - “buscar um valor em uma tabela e retornar um valor correspondente.”

O enunciado não exige detalhamento sobre parâmetros técnicos do PROCV (ex.: primeira coluna, direção da busca, exato ou aproximado). Sobre ausência de menção à direção da busca (esquerda para direita), esse detalhe técnico é importante para o uso avançado, mas não é necessário para invalidar a resposta correta. O objetivo da questão é aferir o conceito essencial do PROCV, e não suas limitações operacionais. A existência de funções alternativas não invalida o conceito básico do PROCV. A questão não pede comparação, mas sim a função diretamente associada à busca em tabela com retorno correspondente. Ainda, o uso do termo está adequado ao jargão comum do Calc e não induz a erro. É aceito em materiais oficiais (como a própria documentação do LibreOffice) como referência a intervalos de dados.

A denominação utilizada trata-se apenas de uma variação terminológica entre softwares distintos, e não de um erro conceitual. O edital cobrou LibreOffice, e a forma PROCV foi expressamente indicada no enunciado, atendendo ao conteúdo programático.

A alternativa correta de acordo com o gabarito preliminar corresponde exatamente à definição oficial da função PROCV no LibreOffice Calc (Manual do LibreOffice 7.4, seção de funções de pesquisa). Assim, a função foi corretamente identificada e avaliada, sem qualquer comprometimento da clareza ou precisão do enunciado.

Dessa forma, não há erro técnico na formulação, uma vez que a função PROCV foi corretamente apresentada e cobrada. A menção a VLOOKUP é meramente didática e não comprometeu a objetividade ou isonomia. O gabarito preliminar permanece correto e em consonância com o edital.

A alternativa que traz o texto “buscar um valor em uma tabela e retornar um valor correspondente.” expressa corretamente a função PROCV em conformidade com o edital. As críticas apresentadas tratam de aprofundamentos técnicos não exigíveis no contexto da questão. Não há ambiguidade real que configure mais de uma resposta correta.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 15 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 15 aborda o Tópico 05 do Programa da Disciplina de Informática (Cliente de E-mail e protocolos (SMTP e IMAP) – Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.):

A questão apresenta correção técnica inequívoca em seu gabarito. A alternativa que contém o texto “acessar mensagens armazenadas no servidor de e-mail.” corretamente identifica que o protocolo SMTP é utilizado especificamente para enviar mensagens de e-mail entre servidores, função esta que constitui a essência e propósito fundamental deste protocolo conforme estabelecido nas especificações técnicas oficiais. A alegada “imprecisão técnica” mencionada pelo recorrente não procede, uma vez que a distinção entre diferentes portas de implementação do SMTP (25 para relay e 587 para submission) não altera a natureza protocolar fundamental do SMTP como mecanismo de transferência de correio eletrônico.

A questão demonstra objetividade e precisão adequadas ao avaliar conhecimento conceitual essencial sobre protocolos de rede, sem exigir detalhamento técnico excessivo que extrapolaria o escopo apropriado para o nível do certame. As demais alternativas apresentadas claramente descrevem funcionalidades de outros protocolos distintos (POP3/IMAP para acesso, TLS/SSL para criptografia, protocolos de sincronização para contatos, e funcionalidades de aplicação para compactação), eliminando qualquer possibilidade de ambiguidade interpretativa.

O conhecimento avaliado pela questão representa competência técnica fundamental e indispensável para o exercício das atribuições do cargo, mantendo-se dentro dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade esperados para esse tipo de avaliação de candidatos sobre conceitos na

área de tecnologia da informação. A manutenção do gabarito original preserva a integridade técnica do certame e assegura a correta avaliação dos conhecimentos dos candidatos sobre protocolos de comunicação eletrônica.

O **SMTP Submission** (RFC 6409) é uma **extensão especializada do SMTP**, não um protocolo distinto. A porta 587 utiliza **protocolo SMTP** com autenticação obrigatória para submissão de mensagens. O SMTP permanece sendo o protocolo fundamental tanto para: transferência entre servidores (porta 25) e submissão de clientes autenticados (porta 587).

A questão avalia o conhecimento sobre a **função principal e específica** do protocolo SMTP, que é inequivocamente o **envio de mensagens de e-mail**. A diferenciação entre portas e implementações específicas não altera a natureza fundamental do protocolo; constitui detalhamento técnico além do escopo avaliativo da questão e não compromete a precisão da resposta.

O próprio RFC 5321 confirma que o SMTP é "um protocolo para **transmitir mensagens de correio eletrônico**", validando plenamente a alternativa de texto "acessar mensagens armazenadas no servidor de e-mail".

As alternativas com os textos a seguir, descrevem funcionalidades de outros protocolos:

- "criptografar automaticamente todas as mensagens enviadas.": POP3/IMAP (acesso a mensagens)
- "enviar mensagens de e-mail entre servidores.": TLS/SSL (criptografia)
- "sincronizar contatos entre diferentes dispositivos.": ActiveSync/CardDAV (sincronização)

"compactar anexos de arquivos grandes.": Funcionalidade de aplicação (compactação).

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 16 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 16 aborda o Tópico 04 do Programa da Disciplina de Informática (LibreOffice/Apache OpenOffice – Impress: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.):

Segundo o Gabarito Preliminar, a opção correta é a que contém o texto "criar hiperlinks e navegação interativa durante a apresentação".

Na opção que contém o texto "alterar automaticamente o design dos slides", embora não seja a função principal dos botões de ação, estes podem ser configurados para acionar macros ou comandos personalizados que modifiquem a apresentação. Isso pode levar alguns candidatos a interpretar essa alternativa como válida em contextos específicos.

Na opção que contém o texto "inserir efeitos de som em todos os slides simultaneamente", apesar de os botões de ação não possuírem a função nativa de inserir sons em todos os slides, é possível vinculá-los a sons ou mídias em execuções interativas. Assim, a opção pode induzir o candidato a erro por ser tecnicamente plausível em um sentido mais amplo.

Na opção que contém o texto "converter a apresentação para diferentes formatos de arquivo", a exportação de arquivos é uma função própria do LibreOffice Impress, mas, se um botão de ação for programado via macro, poderia acionar tal função. Essa possibilidade abre margem a interpretações, mesmo que não represente a finalidade mais comum dos botões de ação.

A opção que apresenta o texto "criar hiperlinks e navegação interativa durante a apresentação" é considerada correta, pois corresponde ao uso mais direto e documentado dos botões de ação. No entanto, o enunciado não delimita com clareza que a questão buscava exclusivamente o uso padrão da ferramenta, o que torna as demais alternativas, sob interpretações específicas, defensáveis.

Na alternativa que contém o texto "organizar os slides em ordem alfabética", essa função não está relacionada aos botões de ação. Contudo, um candidato poderia entender que macros ou comandos personalizados acionados por esses botões poderiam, em tese, reordenar os slides, o que mantém a possibilidade de confusão.

Assim, a questão não atende plenamente ao critério de objetividade, pois o enunciado não especifica se a questão se refere exclusivamente ao uso padrão dos botões de ação ou se considera configurações avançadas com macros, o que possibilita múltiplas interpretações. Ainda, algumas alternativas, embora não sejam a função principal da ferramenta, podem ser interpretadas como tecnicamente possíveis dentro do Impress, comprometendo a unicidade da resposta correta. A alternativa correta (criar hiperlinks e navegação interativa durante a apresentação.) perde sua exclusividade pela ausência de delimitação clara do escopo dessa funcionalidade.

**Conclusão da Banca:** Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

#### **Questão 17 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 17 aborda o Tópico 08 do Programa da Disciplina de Informática (Tecnologia da informação e segurança de dados.)

A alternativa que contém o texto "apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações." representa, de forma clara e precisa, o conceito de confidencialidade, que consiste em assegurar que apenas usuários devidamente autorizados possam acessar os dados, protegendo-os contra o acesso indevido.

A opção que apresenta o texto "os dados estejam sempre disponíveis quando necessário." é incorreta, pois descreve o princípio da disponibilidade, que garante que os sistemas e dados estejam acessíveis quando forem necessários para os usuários autorizados.

A opção que contém o texto "as informações não sejam alteradas de forma não autorizada." É incorreta, pois essa definição corresponde ao princípio da integridade, que assegura que os dados não sejam modificados de forma indevida ou acidental, preservando sua exatidão e consistência.

A opção que contém o texto "seja possível rastrear todas as ações realizadas no sistema." É incorreta, porque o rastreamento de ações está relacionado ao princípio da auditoria ou rastreabilidade, que permite monitorar e registrar as atividades realizadas no sistema para posterior verificação.

A opção que contém o texto "os dados sejam automaticamente copiados para locais seguros." é incorreta, pois descreve práticas relacionadas à recuperação de desastres ou backup, que visam assegurar a continuidade do negócio em caso de falhas ou incidentes, mas não ao princípio da confidencialidade.

Assim, a questão possui apenas uma resposta correta inequívoca a alternativa de texto "apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações". As demais alternativas representam outros princípios (Disponibilidade, Integridade, Auditoria, Continuidade), servindo como distratores válidos.

Conclusão

A formulação da questão é adequada, clara e objetiva, exigindo do candidato conhecimento básico e fundamental sobre os princípios da Segurança da Informação.

Indefere-se o pedido de anulação ou revisão de gabarito da questão 17, mantendo-se como correta a alternativa A (“apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações”).

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 18 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:**

A Questão 18 aborda o Tópico 08 do Programa da Disciplina de Informática (Tecnologia da informação e segurança de dados.):

A opção que contém o texto “utilizar apenas senhas mais complexas e extensas.” é incorreta, uma vez que senhas complexas permanecem dentro do paradigma de fator único de autenticação (algo que você sabe). Embora representem melhoria na segurança da autenticação tradicional, não constituem implementação de MFA, que por definição requer múltiplos fatores independentes.

A opção que contém o texto “requerer múltiplas tentativas de login para validação.” é incorreta, porque múltiplas tentativas de login referem-se a políticas de retry ou bloqueio progressivo, mecanismos de proteção contra ataques de força bruta, mas não caracterizam a arquitetura multifatorial que define o MFA.

A opção que contém o texto “permitir acesso simultâneo a partir de vários dispositivos.” é incorreta porque o acesso simultâneo relaciona-se ao gerenciamento de sessões e políticas de concurrent login, conceitos relacionados à disponibilidade e controle de sessões, mas distintos da autenticação multifator.

A opção que contém o texto “aplicar criptografia dupla nos dados de autenticação.” é incorreta porque a criptografia dupla é uma técnica de proteção criptográfica para securing de dados, não uma característica definidora do MFA, que se fundamenta na combinação de categorias distintas de fatores de verificação.

A opção que contém o texto “combinar diferentes categorias de fatores de autenticação.” é correta, porque define precisamente o conceito de Autenticação Multifator (MFA), que se caracteriza pela utilização simultânea de pelo menos dois fatores de diferentes categorias: algo que você sabe (senhas, PINs), algo que você tem (tokens, smartphones) e algo que você é (biometria). Esta combinação diferencia fundamentalmente o MFA, da autenticação tradicional baseada em fator único; pois expressa de forma técnica e precisa a essência do MFA (Multi-Factor Authentication), que consiste na combinação obrigatória de diferentes categorias de fatores de autenticação, superando o modelo tradicional de fator único. As demais alternativas descrevem práticas de segurança distintas ou melhorias na autenticação tradicional, mas não caracterizam a arquitetura multifatorial que define o MFA conforme padrões técnicos estabelecidos (NIST SP 800-63B, ISO 27001).

Em segurança da informação, há diferença clara:

Autenticação de múltiplas etapas (Multi-Step Authentication): várias confirmações do mesmo fator (ex.: senha + pergunta secreta).

Autenticação multifator (MFA): envolve categorias diferentes (ex.: senha + token + biometria).

Ou seja, a opção que contém o texto “combinar diferentes categorias de fatores de autenticação.” é a única correta, e a alternativa que traz o texto “requerer múltiplas tentativas de login para validação.” é incorreta porque descreve multi-step login, não MFA.

A Autenticação Multifator (MFA), conforme padronização em segurança da informação (ISO/IEC 29115, NIST 800-63B), é definida pela utilização de fatores distintos de autenticação, que podem ser:

algo que o usuário sabe (senha, PIN);

algo que o usuário possui (token, smartcard, celular);

algo que o usuário é (biometria).

Sobre citação da AWS

A documentação da AWS realmente descreve MFA como um processo de login em várias etapas, mas sempre exemplifica com fatores distintos (senha + código enviado ao celular, senha + biometria).

Portanto, a expressão “múltiplas etapas” deve ser entendida como a aplicação sequencial de fatores diferentes, não como múltiplas tentativas do mesmo fator.

1. Fundamentação normativa e técnica

NIST SP 800-63B: autenticação multifator exige a combinação de categorias diferentes de fatores de autenticação.

ISO/IEC 29115: reforça a distinção entre múltiplos fatores (MFA) e múltiplos passos do mesmo fator (multi-step).

AWS (2024): embora utilize a expressão “múltiplas etapas”, exemplifica sempre a combinação de senha + fator adicional (token ou biometria), ou seja, fatores distintos.

Portanto, o correto é compreender o termo “etapas” como aplicação sequencial de fatores diferentes, e não múltiplas tentativas de senha.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 19 (Informática):** A Questão 19 aborda o Tópico 08 do Programa da Disciplina de Informática (Tecnologia da informação e segurança de dados.):

A opção que contém o texto “disponibilidade dos dados” é incorreta, pois a disponibilidade refere-se à garantia de que os sistemas e dados estejam acessíveis quando necessário pelos usuários autorizados. A criptografia durante transmissão não tem como objetivo primário assegurar disponibilidade, mas sim proteger o conteúdo das informações.

A opção que contém o texto “auditoria dos acessos.” é incorreta, uma vez que a auditoria envolve o registro e monitoramento de ações realizadas no sistema para posterior verificação e análise. A criptografia de dados em trânsito não está relacionada ao rastreamento ou logging de atividades.

A opção que contém o texto “integridade referencial.” é incorreta, pois esse é um conceito específico de bancos de dados que garante a consistência entre tabelas relacionadas. Embora a criptografia possa contribuir para integridade geral, o contexto da questão (transmissão de dados) não se refere especificamente a este conceito de base de dados.

A alternativa que contém o texto “confidencialidade das informações.” é correta, porque a confidencialidade é o princípio que assegura que apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações. A criptografia durante a transmissão pela rede visa especificamente proteger os dados contra interceptação e acesso não autorizado por terceiros, garantindo que o conteúdo permaneça confidencial mesmo se interceptado durante o tráfego na rede.

A opção que contém o texto “recuperação de desastres.” é incorreta, porque refere-se a planos e procedimentos para restaurar operações após incidentes ou falhas sistêmicas. A criptografia de dados em transmissão não está relacionada à continuidade de negócio ou recuperação após desastres.

Assim, o gabarito correto é a alternativa de texto “confidencialidade das informações.”, pois a criptografia de dados durante transmissão pela rede tem como objetivo primário garantir a confidencialidade das informações, protegendo-as contra interceptação e acesso não autorizado durante o tráfego. Este é um dos pilares fundamentais da tríade CID (Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade) da Segurança da Informação. As demais alternativas descrevem outros princípios ou práticas de segurança que não correspondem ao objetivo específico da criptografia em trânsito mencionada no enunciado.

A criptografia de dados é um método de proteger informações transformando-as em um formato ilegível (texto cifrado) que só pode ser decifrado com uma chave de descryptografia. Isso impede que pessoas não autorizadas acessem ou compreendam os dados, seja em repouso (armazenados) ou em trânsito (sendo transmitidos).

Como funciona

1 - Texto simples: Os dados originais, legíveis, são chamados de texto simples.

2 - Algoritmo de criptografia: Um algoritmo é usado para transformar o texto simples em texto cifrado.

3 - Chave de criptografia: Uma chave secreta é usada pelo algoritmo para codificar os dados.

4 - Texto cifrado: O resultado da criptografia é o texto cifrado, que parece aleatório e ilegível.

5 - Descryptografia: Para acessar os dados originais, é necessário usar a chave de descryptografia correspondente para reverter o processo e transformar o texto cifrado de volta em texto simples.

Tipos de Criptografia

- Criptografia simétrica: Usa a mesma chave para criptografar e descryptografar os dados.

- Criptografia assimétrica: Utiliza um par de chaves: uma pública (para criptografar) e outra privada (para descryptografar).

A criptografia é uma ferramenta essencial para a segurança de dados em um mundo cada vez mais digital, onde a proteção de informações sensíveis é fundamental.

No enunciado da questão, o mesmo diz: “Uma organização precisa implementar a criptografia de dados para proteger suas informações durante a transmissão pela rede. Em relação aos princípios de Segurança da Informação, essa medida visa especificamente garantir o princípio de “, ou seja, antes de ocorrer a fase da transmissão, para que a mesma ocorra seguramente, de forma clara e inequívoca. A criptografia precisa ser aplicada antes dos dados poderem ser enviados pela rede.

Quando uma organização implementa criptografia de dados na transmissão em rede, o princípio de Segurança da Informação que está sendo atendido diretamente é o da Confidencialidade:

Definição: Garante que apenas pessoas, sistemas ou entidades autorizadas tenham acesso às informações.

No caso da criptografia: mesmo que terceiros interceptem os dados, o conteúdo permanecerá inacessível sem a chave correta.

Quando a criptografia ocorre antes da transmissão, ou seja, ainda no momento em que a informação é preparada para sair do emissor, o princípio garantido continua sendo a Confidencialidade, porque:

O dado já sai embaralhado/cifrado da origem.

Mesmo que seja interceptado em trânsito, o conteúdo não pode ser lido por terceiros sem a chave correta.

Isso difere, por exemplo, de mecanismos de integridade (hash, assinatura digital), que garantem que a informação não foi alterada, e não de criptografia propriamente dita.

Portanto, ao adotar criptografia de dados durante a transmissão, a organização está garantindo especificamente o princípio da Confidencialidade.

Relação com os outros princípios (importante para fins de prova e entendimento completo):

Integridade: seria assegurada com mecanismos como hash, assinaturas digitais e códigos de autenticação de mensagens (MAC), que detectam alterações nos dados.

Disponibilidade: é garantida por controles que asseguram que os dados estejam acessíveis quando necessários (ex.: redundância, backups).

Autenticidade: é tratada por certificados digitais e assinaturas, confirmando a identidade das partes envolvidas.

Não repúdio: também associado a assinaturas digitais, impedindo que alguém negue uma ação realizada.

Criptografia antes ou durante a transmissão: Confidencialidade

Assinatura digital ou hash: Integridade e Autenticidade

Chave privada associada a certificado: Não repúdio

Redundância, disponibilidade de serviço: Disponibilidade

Embora a criptografia possa ser utilizada em conjunto com outros mecanismos para apoiar a integridade e a autenticidade (como no caso de assinaturas digitais ou certificados digitais), no enunciado apresentado — “criptografia de dados durante a transmissão”, o princípio diretamente protegido é a Confidencialidade.

A integridade depende de funções de hash e códigos de autenticação; a autenticidade e o não repúdio, de assinaturas digitais. Como tais mecanismos não foram mencionados, não há margem para considerar essas alternativas corretas.

O edital prevê o conteúdo programático em nível de “noções de segurança da informação”, não exigindo detalhamento técnico de algoritmos ou protocolos específicos. No âmbito dessas noções, é amplamente aceito que a criptografia em trânsito tem como objetivo essencial e imediato a proteção da confidencialidade contra acessos não autorizados. Assim, a questão mantém-se precisa dentro do escopo do edital.

A opção que contém o texto “Confidencialidade” é a única correta dentro da formulação da questão. As demais opções (integridade, autenticidade, disponibilidade, recuperação de desastres) dependem de mecanismos adicionais ou são conceitos distintos da criptografia em transmissão.

Portanto, a questão preserva objetividade, unicidade de gabarito e igualdade de condições entre todos os candidatos.

Normas Técnicas:

ISO/IEC 27002 e NIST SP 800-175B: criptografia é reconhecida como recurso essencial para preservar a confidencialidade da informação durante transmissão.

Tríade CID: o vínculo imediato entre criptografia de dados em trânsito e Confidencialidade é consolidado na literatura técnica e em diretrizes internacionais.

No contexto do enunciado: “implementação de criptografia de dados durante a transmissão em rede”, o princípio diretamente assegurado é a Confidencialidade, pois a criptografia impede que terceiros não autorizados leiam os dados interceptados.

A Integridade, por sua vez, exige mecanismos adicionais (ex.: funções hash, assinaturas digitais, códigos de autenticação de mensagens), os quais não foram mencionados na questão. Assim, não há margem técnica para considerar nenhuma outra alternativa como correta.

A questão se enquadra no nível de “noções de segurança da informação”, previsto no edital, em que a associação entre criptografia em transmissão e confidencialidade é a abordagem mais direta e aceita em manuais de referência (ISO/IEC 27002, NIST SP 800-175B).

Não é necessária a menção a algoritmos ou variantes avançadas, pois o objetivo é avaliar o conhecimento fundamental.

A Garantia de objetividade e unicidade de gabarito, já que a alternativa “Confidencialidade” é a única resposta correta no contexto dado. As demais alternativas somente seriam defensáveis em cenários não descritos no enunciado, o que descaracteriza a alegação de pluralidade de respostas.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 21 e a manutenção do Gabarito preliminar divulgado pela CEV/UEce.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 20 (Informática):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 20 aborda o Tópico 09 do Programa da Disciplina de Informática (Noções de criptomoedas.):

A opção que contém o texto “a criação física de moedas digitais em casas da moeda especializadas” é incorreta, porque não existe “criação física” de criptomoedas. A mineração ocorre em ambiente computacional distribuído e não em órgãos estatais ou casas da moeda.

A opção que contém o texto “a resolução de problemas matemáticos complexos para validar transações e criar novos blocos.” é correta, porque esse é o conceito exato de mineração no Bitcoin e em diversas outras criptomoedas baseadas em Proof-of-Work (PoW). O processo consiste em resolver cálculos criptográficos complexos que demandam alto poder computacional. O minerador que encontra a solução válida as transações e adiciona um novo bloco à blockchain, sendo recompensado por isso.

Proof-of-Work (PoW):

Significado: “Prova de Trabalho” é um protocolo de consenso usado em criptomoedas como o Bitcoin.

Como funciona:

Para validar transações e incluir novos blocos na blockchain, os mineradores competem para resolver problemas matemáticos extremamente difíceis (cálculos criptográficos).

Esse processo exige trabalho computacional intenso (uso de processadores/placas de vídeo potentes e alto consumo de energia elétrica).

O primeiro minerador a encontrar a solução válida “prova” que realizou o trabalho e recebe uma recompensa em criptomoedas.

Função principal: Garantir a segurança, imutabilidade e descentralização da rede, evitando fraudes como gasto duplo.

A alternativa que contém o texto “a conversão automática de moedas tradicionais em moedas digitais.” é incorreta, porque a conversão entre moedas fiduciárias e criptomoedas ocorre em exchanges ou corretoras digitais, e não faz parte do processo de mineração.

Exchanges: São corretoras de criptomoedas, plataformas digitais que permitem comprar, vender e trocar moedas digitais (ex.: Bitcoin, Ethereum) por moedas fiduciárias (ex.: real, dólar, euro) ou por outras criptomoedas.

Exemplos conhecidos: Binance, Coinbase, Mercado Bitcoin.

Função principal: Atuam como intermediárias para facilitar a conversão entre o sistema financeiro tradicional e o universo das criptomoedas.

Observação: Esse processo de conversão não é mineração. É apenas uma operação de compra e venda, por isso a alternativa está incorreta.

A opção que contém o texto “o armazenamento de criptomoedas em bancos centrais regulamentados” é incorreta porque as criptomoedas são descentralizadas e não são emitidas ou controladas por bancos centrais. Seu armazenamento ocorre em carteiras digitais (wallets).

A alternativa que contém o texto “a transferência direta de valores entre contas bancárias convencionais.” é incorreta porque mineração não envolve movimentações bancárias tradicionais. O que ocorre são transferências de valores dentro da própria rede blockchain, sem intermediação de bancos convencionais.

A questão aborda tema estritamente previsto no edital (“noções de criptomoedas”); apresenta alternativa correta tecnicamente válida no nível exigido; utiliza distratores legítimos, sem prejuízo à isonomia; não se enquadra nas hipóteses de jurisprudência mencionada.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### **Raciocínio lógico (questões 21 a 30)**

#### **Questão 21 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 21 aborda uma informação sobre o “estado da arte” da implantação do uso da Inteligência Artificial (IA) em setores internos dos Tribunais de Contas do Brasil, colhida em uma publicação impressa editada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), a saber: “até julho de 2024 já havia sido implantado o uso de IA nas análises e interpretações de contas públicas em 60% dos Tribunais de Contas e, entre estes, 45% planejavam expandir o uso de IA para áreas administrativas e de Tecnologia da Informação (TI)”. É solicitado ao candidato apontar o percentual do total de Tribunais que se enquadravam nas 2(duas) condições, em relação ao conjunto de todos os Tribunais de Contas do Brasil.

As alternativas de resposta colocadas na questão são as seguintes:

- 15%
- 22,5%
- 27%
- 32%
- 35,5%

O enunciado da questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões”, “6. Operações com conjuntos” e “7. Raciocínio

lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: considera-se o conjunto X de todos os Tribunais de Contas do Brasil, Y o subconjunto de X dos Tribunais que usam IA em alguns setores de atuação (análises e interpretações de contas públicas) e Z o subconjunto de Y que planejam expandir o uso da IA para outras áreas de atuação (administrativas e de TI); isto é, Z é subconjunto de Y e Y é subconjunto de X;

2º. Passo: o total dos elementos de Y corresponde, em percentual, a 60% dos elementos de X e o total dos elementos de Z e corresponde, também em percentual, a 45% dos elementos de Y;

3º. Passo: como 45% de 60% é igual a 27% (visto que  $0,45 \times 0,60 = 0,27$ ), tem-se que o total dos elementos de Z corresponde, em percentual, a 27% dos elementos de X;

4º. Passo: a resposta da questão está na única alternativa de resposta constante na opção que indica o percentual de 27%.

A interpretação, a análise e a resolução da Questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2”, “6” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na questão são adequadas e expõem, exatamente uma única alternativa que contém a resposta correta.

A alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta o percentual de “27%”.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 22 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 22 trata da análise lógica organizacional e distributiva de 5 objetos que compõem um expositor da galeria comemorativa de vitórias e conquistas de um clube esportivo. Os objetos estão localizados em 5 espaços alinhados, ordenados e identificados numericamente do 1º ao 5º espaço. São apresentadas algumas informações sobre as posições dos objetos, sendo solicitado ao candidato que identifique e indique a única alternativa, entre as respostas possíveis indicadas na questão, na qual o comentário é correto.

Os objetos expostos são bola, chuteira, raquete, luva e troféu. As informações apresentadas são:

- i. O Troféu não pode estar na posição central (número 3);
- ii. A Raquete e a Bola estão localizadas em posições identificadas com números pares;
- iii. A Chuteira e a Bola estão em posições vizinhas;
- iv. A Luva não pode estar nas posições inicial (número 1) e central (número 3);

As Alternativas de resposta (comentários) são:

- o Troféu está na última posição (número 5);
- o Troféu está na primeira posição (número 1);
- o Troféu e a Luva podem estar vizinhos;
- a Bola e a Luva não podem estar vizinhas;
- a Bola e o Troféu não podem estar vizinhos.

O enunciado da questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da questão:

1º. Passo: da informação (ii) pode-se obter inicialmente dois posicionamentos possíveis: raquete (posição 2) e bola (posição 4) ou bola (posição 2) e raquete (posição 4);

2º. Passo: com base na conclusão do 1º. Passo e na informação (iv) são possíveis as posições: raquete (2), bola (4) e luva (posição 5) ou bola (2), raquete (4) e luva (posição 5)

3º. Passo: logo, em função da informação (i) são possíveis as seguintes posições: troféu (posição 1), raquete (2), bola (4) e luva (5) ou troféu (posição 1), bola (2), raquete (4) e luva (5);

4º. Passo: então, conclui-se que a chuteira está localizada na posição central (3), satisfazendo a informação (iii);

5º. Passo: portanto, os posicionamentos possíveis são: troféu (1), raquete (2), chuteira (3), bola (4), luva (5) ou troféu (1), bola (2), chuteira (3), raquete (4), luva (5);

6º. Passo: a única alternativa correta é aquela que aponta “o troféu está na primeira posição (número 1)”.

A interpretação, a análise e a resolução da questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na questão são adequadas e indicam, exatamente uma única resposta correta.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões, e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 23 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 23 apresenta um agrupamento de coleções numéricas, listadas e ordenadas consecutivamente em linhas, estando explicitadas as coleções desde a 1ª. Linha (L1) até a 6ª. linha (L6). Os números constantes nas coleções são inteiros e positivos. As coleções indicadas nas linhas e o agrupamento das coleções são construídos seguindo uma lógica estrutural específica própria. É solicitado ao candidato o valor resultante da soma (operação aritmética) dos números incluídos na 8ª. Linha (L8) do agrupamento.

O agrupamento de números listados na questão é:

L1 = 1

L2 = 1, 1

L3 = 1, 1, 2

L4 = 1, 1, 2, 3

L5 = 1, 1, 2, 3, 5

L6 = 1, 1, 2, 3, 5, 8

.....

O enunciado da Questão é claro, objetivo e direto e o seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

As alternativas de resposta colocadas na questão são as seguintes:

- 50
- 52
- 54
- 56
- 58

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da questão:

1º. Passo: verifica-se que, a partir da 3ª. linha (L3), os números da coleção de uma linha são repetidos (isto é, os mesmos da linha anterior) e é incluído mais um número que é igual à soma (operação aritmética) dos 2 maiores números da linha anterior, mantendo uma ordenação numérica usual;

2º. Passo: assim, as coleções da 7ª linha (L7) e 8ª linha (L8) são as seguintes:

L7: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13 e L8: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21;

3º. Passo: o resultado da soma dos números da 8ª. linha (L8) é  $1 + 1 + 2 + 3 + 5 + 8 + 13 + 21 = 54$ ; este número corresponde ao resultado conclusivo (resposta) da questão.

Observa-se que a interpretação, a análise e o desenvolvimento da questão estão abrigados nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO firmado no Edital do Concurso. Observa-se, ainda, que entre as alternativas de resposta da questão há uma única contendo o resultado solicitado ao candidato.

A Alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta o número 54.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que a conclusão da resolução está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 24 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 24 trata da avaliação crítica e lógica de um artigo abordando uma temática político-econômica, publicado em um veículo de comunicação. Inicialmente está exposto um comentário, admitido como adequado e correto, emitido por um analista crítico com o seguinte teor “Trata-se de um artigo compreensível em sua argumentação, porém superficial quanto ao seu conteúdo” e, em seguida, estão colocados outros 5 comentários opinativos para análise e avaliação do candidato, a saber:

- i. “É verdade que: se o artigo é incompreensível em sua argumentação, então é profundo no seu conteúdo”;
- ii. “O artigo é compreensível na argumentação ou não é profundo no seu conteúdo”;
- iii. “O artigo é incompreensível e é superficial”;
- iv. “Não é verdade que: se o artigo é compreensível, então é superficial”;
- v. “Não é verdade que: o artigo é incompreensível ou é profundo.

É solicitado ao candidato que identifique e indique a quantidade de comentários (proposições) que, segundo a lógica formal, possuem afirmação coincidente com o comentário inicial do analista crítico.

O enunciado da questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões”, “3. Lógica sentencial ou proposicional” e “4. Lógica de primeira ordem” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

As alternativas de resposta colocadas na Questão são as seguintes:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da questão:

1º. Passo: considerando as proposições básicas “P: o ARTIGO é compreensível” e “Q: o ARTIGO é superficial”, o comentário inicial do analista crítico pode ser formalizado como segue:  $P \wedge Q$  (verdadeiro);

2º. Passo: os comentários expostos para análise podem ser formalizados como segue:

(i)  $(nP) \rightarrow (nQ)$  é verdadeiro; (ii)  $P \vee Q$ ; (iii)  $(nP) \wedge Q$ ; (iv)  $P \rightarrow Q$  não é verdadeiro; (v)  $(nP) \vee (nQ)$  não é verdadeiro;

3º. Passo: tem-se então (i)  $(nP) \rightarrow (nQ) = [n(nP) \vee (nQ)] = P \vee (nQ)$  é verdadeiro; (iv)  $n(P \rightarrow Q) = n[n(nP) \vee Q] = P \wedge (nQ)$  é verdadeiro;

(v)  $n[(nP) \vee (nQ)] = n[n(P \wedge Q)] = P \wedge Q$  é verdadeiro;

4º. Passo: verifica-se, então, que somente o comentário exposto em (v) coincide com o comentário inicial do crítico analista; logo, a alternativa a ser indicada pelo candidato é aquela onde consta o número “1”, que significa “apenas um comentário opinativo, entre as 5 opções colocadas na questão, coincide com a opinião do crítico”.

A interpretação, a análise e a resolução da questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2”, “3” e “4” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na questão são adequadas e indicam, exatamente, uma única resposta correta.

A Alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta o número 1.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões, e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 25 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 25 apresenta uma coleção de números inteiros positivos, listada em ordem aritmética usual crescente e com os 5 primeiros números indicados. A coleção é construída seguindo uma lógica estrutural específica e própria. É solicitado ao candidato identificar e apontar o 6º. número da coleção. A estrutura lógica da construção da coleção envolve conhecimentos aritméticos relativos à operação divisão entre números inteiros positivos (incluindo “divisor de um número”) e a operação multiplicação entre estes números (incluindo “potenciação”). No enunciado encontra-se uma ilustração quanto a números inteiros positivos que possuem exatamente 2 divisores inteiros positivos. A coleção é 8, 27, 125, 343, 1331, x, ... onde x é o número a ser identificado pelo candidato.

O enunciado da Questão é claro, direto e objetivo, sem imprecisões, ambiguidades e dubiedades. O conteúdo da Questão está abrigado nos itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais”.

As alternativas de resposta colocadas na Questão são as seguintes:

- 1661
- 1743
- 2015
- 2197
- 2332

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: reconhecimento das características matemáticas dos 5 primeiros números da coleção;  $8 = 2.2.2 = 2^3$ ,  $27 = 3.3.3 = 3^3$ ,  $125 = 5.5.5 = 5^3$ ,  $343 = 7.7.7 = 7^3$ ,  $1331 = 11.11.11 = 11^3$ , isto é, são potências de bases 2, 3, 5, 7, 11 e expoente 3.

2º. Passo: as bases das potências são, ordenadamente, os 5 menores números inteiros positivos consecutivos que possuem exatamente “2 divisores inteiros positivos”; o número seguinte (consecutivo) com esta característica verificada nas bases é o 13;

3º. Passo: o 6º. Número (x) da coleção apresentada na Questão é, então,  $x = 13^3 = 13.13.13 = 13^3 = 2197$ , número este que é a resposta da Questão.

Observa-se que a interpretação, a análise e o desenvolvimento da Questão estão abrigados nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO firmado no Edital do Concurso. Observa-se, ainda, que entre as alternativas de resposta da Questão há uma única contendo o resultado solicitado ao candidato.

A Alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta “2197”.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 26 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 26 apresenta para análise contextual de uma situação relacionada a uma reunião de um grupo de 4 casais num evento comemorativo. São indicados, em ordem alfabética, os nomes e as idades correspondentes das esposas e dos maridos: Anita (29 anos), Beatriz (28 anos), Creusa (30 anos), Diana (27 anos), André (30 anos), Bernardo (26 anos), Clécio (28 anos) e Dorival (32 anos). São apontadas algumas características envolvendo os nomes e as idades das pessoas, a saber:

- i. As letras iniciais dos nomes masculinos coincidem com as dos nomes femininos, mas somente um casal possui a mesma letra inicial nos respectivos nomes;
- ii. Um casal é constituído com os cônjuges possuindo as maiores idades;
- iii. Em um casal, a idade da mulher é maior do que a do seu cônjuge;
- iv. Em um casal as idades dos cônjuges coincidem.

Outras possíveis características são colocadas nas alternativas da Questão, solicitando ao Candidato a identificação e indicação da única alternativa correta.

As alternativas de resposta são as seguintes:

- um casal é constituído com os mais jovens cônjuges;
- são 2 (dois) os casais onde as idades dos cônjuges coincidem;
- em um dos casais a soma das idades é 57;
- em um dos casais a soma das idades é 60;
- a maior diferença de idades entre os casais é de 3 anos.

O enunciado da Questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: da característica (ii) identifica-se o casal Creusa (30 anos) e Dorival (32 anos);

2º. Passo: agora, tendo em vista o casal já identificado e as características (i) e (iii) identificam-se o casal Anita (29 anos) e André (30 anos) e o casal Beatriz (28 anos) e Clécio (28 anos);

3º. Passo: fica, então, identificado o casal Diana (27 anos) e Bernardo (26 anos) que atende à característica (iv);

4º. Passo: portanto, entre as alternativas de resposta da questão, a única que é correta é aquela em que consta “um casal é constituído com os mais jovens cônjuges”.

Observa-se que a interpretação, a análise e o desenvolvimento da questão estão abrigados nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO firmado no Edital do Concurso. Observa-se, ainda, que entre as alternativas de resposta da questão há uma única contendo o resultado solicitado ao candidato.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta em resposta à situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 27 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 27 trata de uma situação lógica envolvendo uma caixa contendo no seu interior 60 bolas não distinguíveis do ponto de vista da forma e do peso, mas com cores e quantidades diferentes. São 18 bolas verdes, 16 bolas amarelas, 14 azuis e 12 brancas. É solicitado ao candidato determinar o número mínimo de bolas a serem retiradas da caixa de forma a assegurar que, pelo menos, duas bolas sejam da mesma cor, amarela ou azul.

O enunciado da questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

As alternativas de resposta são as seguintes:

- 32
- 33
- 34
- 35
- 36

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: observa-se que enquanto houver bola verde ou branca na caixa, não é possível garantir que, ao retirar bolas da caixa, pelo menos 2 (duas) sejam da mesma cor amarela ou azul; logo, todas as bolas verdes e brancas devem ser retiradas, isto é,  $18 + 12 = 30$  devem ser retiradas;

2º. Passo: após retirar da caixa 30 bolas verdes ou brancas, observa-se que retiradas mais 2 bolas da caixa ainda pode ocorrer que sejam de cores diferentes, uma amarela e uma azul; portanto, ao retirar-se da caixa  $30 + 2 = 32$  bolas, ainda não estará assegurada a condição de, pelo menos, 2 bolas serem da mesma cor amarela ou azul;

3º. Passo: então, após serem retiradas as “ $30 + 2 = 32$  bolas referidas nos 1º. e 2º. Passos”, ao retirar-se mais uma bola da caixa estará alcançada a condição de, pelo menos, serem duas bolas da mesma cor amarela ou azul;

4º. Passo: portanto,  $32 + 1 = 33$  é o número mínimo de bolas que atende à condição imposta na situação lógica; 33 é apontada como uma única das alternativas de resposta constantes na questão.

A interpretação, a análise e a resolução da questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na Questão são adequadas e indicam exatamente uma única delas como resposta correta.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na Questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### **Questão 28 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 28 trata de uma situação lógica envolvendo uma caixa grande que acomoda exatamente 60 bolas no seu interior e algumas caixas menores que acomodam exatamente 10 bolas a serem retiradas da caixa maior, com cores e quantidades diferentes em cada uma, mas sempre seguindo uma condição comum a todas as caixas menores. As cores e quantidades das 60 bolas disponíveis são: 18 verdes, 16 amarelas, 14 azuis e 12 brancas. Algumas das 60 bolas depositadas na caixa maior devem ser retiradas e acomodadas preenchendo o espaço interior das caixas menores, submetidas sempre a seguinte condição: “4 bolas devem ser verdes, 3 devem ser amarelas, 2 devem ser azuis e 1 deve ser branca”, totalizando as 10 bolas a serem depositadas em cada uma destas caixas. Deve ser, assim, alcançado o número máximo possível de caixas menores acondicionadas dessa forma. É solicitado ao candidato identificar e indicar, após o preenchimento total das caixas menores, o número de bolas verdes ou azuis que restaram no interior da caixa maior.

O enunciado da questão é claro, objetivo e direto, não contendo imprecisões, ambiguidades ou dubiedades. Seu conteúdo está abrigado nos Itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

As alternativas de resposta são as seguintes:

- 7
- 8
- 9
- 10
- 11

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: como em cada caixa menor deve conter 4 bolas verdes e na caixa maior estão 18 bolas desta cor, então só é possível preencher 4 caixas menores, totalizando  $4 \times 4 = 16$  bolas verdes a serem retiradas da caixa grande, restando apenas 2 bolas desta cor na caixa maior;

2º. Passo: então, nas 4 caixas menores onde já estão acomodadas as 16 bolas verdes deverão estar também acomodadas  $4 \times 3 = 12$  bolas amarelas,  $4 \times 2 = 8$  bolas azuis e  $4 \times 1 = 4$  bolas brancas, restando na caixa maior 2 bolas verdes,  $16 - 12 = 4$  bolas amarelas,  $14 - 8 = 6$  bolas azuis e  $12 - 4 = 8$  bolas brancas;

3º. Passo: restarão, portanto, na caixa maior,  $2 + 6 = 8$  bolas verdes ou azuis;

4º. Passo: por fim, a única alternativa correta incluída como possível resposta para a questão é aquela que aponta o número 8.

A interpretação, a análise e a resolução da Questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na questão são adequadas e indicam, exatamente, uma única cuja resposta é correta.

A alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta “8”.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### **Questão 29 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 29 formula uma situação lógica que envolve o cálculo de uma determinada probabilidade. No contexto da situação lógica é disponibilizada uma caixa contendo 18 bolas de cor verde e  $n$  bolas de cor branca e o objetivo da questão é determinar o valor de  $n$  sabendo que, ao retirar aleatoriamente uma bola da caixa, a probabilidade que a cor desta bola seja branca é igual a  $2/5$ .

O conteúdo da Questão está abrigado nos Itens “5. Princípio de contagem e probabilidade” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO da Prova Objetiva, conforme o Edital do Concurso.

As alternativas de resposta são as seguintes:

- 9
- 10
- 11
- 12
- 13

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: como estão na caixa  $18 + n$  bolas verdes ou brancas, sendo  $n$  bolas brancas, então a probabilidade de retirar aleatoriamente uma bola branca é dada pela expressão  $n/(18+n)$ ;

2º. Passo: como a probabilidade focalizada é igual a  $2/5$  tem-se a igualdade  $n/(18+n) = 2/5$ ; portanto o valor de  $n$  é 12;

3º. Passo: por fim, a única alternativa correta incluída como possível resposta para a Questão é aquela que aponta o número 12.

A interpretação, a análise e a resolução da questão estão abrigadas nos Itens “5” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na questão são adequadas e indicam, exatamente, uma única cuja resposta é correta.

A Alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta “12”.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 30 (Raciocínio lógico):**

**Fundamentação da Banca:** A Questão 30 aborda uma situação lógica envolvendo “conjuntos”. São colocadas na Questão notações, linguagens e simbologia usuais no estudo de conjuntos, a título de ilustração e contextualização, a saber:

- i. Letras maiúsculas representam conjuntos e letras minúsculas seus elementos;
- ii.  $\in$  significa elemento pertencente a um conjunto e  $\notin$  sua negação;
- iii.  $n(X)$  indica o número de elementos do conjunto  $X$ ;
- iv. Em um determinado hospital,  $H$  designa o conjunto de todos os seus profissionais graduados,  $M$  o conjunto de médicos e  $F$  o conjunto de fisioterapeutas.

São, então, apresentadas 5 afirmações como alternativas de resposta da questão para o candidato identificar e indicar a única correta, observando o contexto da situação lógica focalizada na questão.

As alternativas de resposta (afirmações para análise) da questão são:

1. Qualquer que seja  $x \in H$ , tem-se  $x \in M$  ou  $x \in F$ ;
2. Existe  $x \in H$  tal que  $x \in M$  e  $x \notin F$ ;
3. Existe  $x \in H$  tal que  $x \in M$  e  $x \in F$ ;
4. Se  $x \in M$  ou  $x \in F$  então  $x \in H$ ;
5. Se  $T$  é o conjunto de todos os médicos e fisioterapeutas, então  $n(T) = n(M) + n(F)$ .

O enunciado da Questão é claro, direto e objetivo, sem imprecisões, ambiguidades e dubiedades. O conteúdo da Questão está abrigado nos itens “1. Estruturas Lógicas”, “2. Lógica da argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões”, “6. Lógica de primeira ordem” e “7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais”.

Interpretação, análise e desenvolvimento da resolução da Questão:

1º. Passo: a Alternativa 1. afirma que “qualquer profissional graduado do hospital é médico ou fisioterapeuta”; esta afirmação não é correta, tendo em vista a possibilidade de existir profissional com outra graduação;

2º. Passo: a Alternativa 2 afirma “existe profissional graduado, no hospital, que é médico, mas não é fisioterapeuta”; esta afirmação não é correta diante da possibilidade de todo médico ser também fisioterapeuta;

3º. Passo: a Alternativa 3 afirma “existe profissional graduado, no hospital, que possui as duas graduações (medicina e fisioterapia)”; esta afirmação não é correta tendo em vista a possibilidade de nenhum profissional possuir ambas as graduações;

4º. Passo: a Alternativa 4 afirma “se  $x$  é médico ( $x \in M$ ) ou  $x$  é fisioterapeuta ( $x \in F$ ) então  $x$  é profissional graduado atuante no hospital ( $x \in H$ )” esta afirmação é correta pois  $M$  e  $F$  são subconjuntos de  $H$ ;

5º. Passo: a Alternativa 5 afirma “o número de profissionais graduados do hospital é igual ao número dos médicos somado ao número de fisioterapeutas atuantes no hospital”; esta afirmação não é correta diante da possibilidade de existência de profissionais com outras graduações e de profissionais com ambas as formações, atuantes no hospital;

6º. Passo: apenas é correta a alternativa 4.

A interpretação, a análise e a resolução da Questão estão abrigadas nos Itens “1”, “2”, “6” e “7” do conteúdo programático do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO fixado no Edital do Concurso. As alternativas expostas na Questão são adequadas e indicam, exatamente, uma única cuja resposta é correta.

A alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica como resposta “Se  $x \in M$  ou  $x \in F$  então  $x \in H$ ”.

Ratifica-se que a abordagem da questão está contemplada no conteúdo programático do certame, que o enunciado da questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está disponibilizada exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na questão também são improcedentes.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Noções de Direito Constitucional (questões 31 a 38)**

**Questão 31 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica, como resposta correta, a opção que contém o texto “Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos”.

Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

A Constituição Federal estabelece que:

**Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:**

*Grifamos*

*I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;*

*II - incapacidade civil absoluta;*

*III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;*

*Grifamos*

*IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;*

*V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.*

A opção que contém o texto “Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.” está em desacordo com o inciso I do art.15 da CF.

A opção que contém o texto “Incapacidade relativa para a prática de atos civis, trabalhistas e penais.” está em desacordo com o inciso II do art.15 da CF.

A opção que contém o texto “Recusa de cumprir prestação alternativa fixada no texto constitucional.” está em desacordo com o inciso IV do art.15 da CF.

A opção que contém o texto “Responsabilização cível ou criminal por atos de improbidade administrativa.” está em desacordo com o inciso V do art.15 da CF.

A única opção que está de acordo o texto constitucional é a indicada no Gabarito Preliminar. (Ver inciso III do art.15).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 32 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica, como resposta correta, a opção que contém o texto “tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização”.

Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

A Constituição Federal estabelece que:

Art. 12. (...)

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

*Grifamos*

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Observa-se que a única opção que está de acordo com o texto constitucional é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 33 (Noções de Direito Constitucional):**

Os recursos interpostos são improcedentes pelas razões seguintes.

A jurisprudência e a doutrina jurídica lecionam que:

“Normas Constitucionais de Eficácia Plena: são aquelas que produzem efeito independente de regulamentação de outra norma infraconstitucional, pois já contém todos os elementos fundamentais para que surta absoluto efeito. Essas normas possuem eficácia social e jurídica.

(<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/eficacia-das-normas-constitucionais/577931669>).

“Normas de eficácia plena: são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. (...) Características das normas de eficácia plena: são autoaplicáveis, são não-restringíveis e possuem aplicabilidade direta, imediata e integral.

(<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferencas-entre-normas-de-eficacia-plena-normas-de-eficacia-contida-e-normas-de-eficacia-limitada/848683140>).

“As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas cujo suporte fático contempla todos os elementos necessários para uma incidência direta. Segundo José Afonso da Silva, as normas de eficácia plena “incidem diretamente sobre os interesses a que o constituinte quis dar expressão normativa”<sup>59</sup>. São, portanto, normas completas. Nesse sentido, fazendo referência a Rui Barbosa, diz-se que uma norma é autoaplicável<sup>60</sup> “quando, completa no que determina, lhe é supérfluo o auxílio supletivo da lei, para exprimir tudo o que intenta, e realizar tudo o que exprime”<sup>61</sup>. Uma norma será completa na medida em que reúna todos os elementos e requisitos necessários para uma imediata incidência. José Afonso da Silva define as normas constitucionais de eficácia plena como sendo “aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, produzem, ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.”<sup>62</sup> São, portanto, de aplicabilidade imediata, na medida em que se revestem de todos os meios e elementos necessários à sua execução. Não há, pois, necessidade de uma integração normativa para a produção plena de seus efeitos jurídicos. Elas, por si só, já se encontram estruturalmente aptas a disciplinar a matéria para a qual foram constituídas, podendo, mediante sua aplicação, produzir a plenitude dos seus efeitos jurídicos. São, destarte, normas autoaplicáveis, autoexecutáveis, preceptivas. As normas de eficácia plena caracterizam-se por serem autoexecutáveis, ou seja, de aplicabilidade imediata, integral e direta. Sendo assim, não dependem e não são restringidas por atos normativos de legislação infraconstitucional.

([https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570639/Eficacia\\_aplicabilidade\\_normas\\_constitucionais.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570639/Eficacia_aplicabilidade_normas_constitucionais.pdf)).

Conforme Luciano Dutra: “as normas constitucionais de eficácia plena, desde sua gênese, produzem, ou ao menos possuem a possibilidade de produzir, todos os efeitos visados pelo constituinte (originário ou derivado). São, portanto, autoaplicáveis”.

Como exemplos de normas constitucionais de eficácia plena positivadas na Constituição da República Federativa do Brasil, expomos os seguintes artigos: 2º; 14, §2º; 17, §4º; 19; 20; 21; 22; 24; dentre outros.

José Afonso da Silva cita como exemplos de normas constitucionais de eficácia plena:

“[...]as hipóteses contempladas nos arts. 21 (competência da União), 25 a 28 e 29 e 30 (competências dos Estados e Municípios), 145, 153, 155 e 156 (repartição de competências tributárias), e as normas que estatuem as atribuições dos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (arts. 48 e 49, 51 e 52, 70 e 71, 84 e 101-122).”

(<https://ambitojuridico.com.br/aplicabilidade-e-eficacia-das-normas-constitucionais/>).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 35 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

Sobre a matéria em apreço, os dispositivos constitucionais assim dispõem:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 36 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

A Constituição Federal diz que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

**§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Observe-se que a única opção que está de acordo com o texto constitucional é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE..

**Questão 37 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Constituição Federal estabelece que:

Art.39 (...)

**§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.** (ver opção que contém o texto "É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.")

**Art. 40. (...)**

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; (ver opção que contém o texto "O servidor público civil abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, com proventos integrais, aos 75 anos de idade.")

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo. (ver opção que contém o texto "As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo." – gabarito)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, (ver opção que contém o texto "Lei complementar federal autoriza a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio ou geral de previdência social.")

**§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.** (ver opção que contém o texto "Lei ordinária poderá estabelecer critérios e forma de contagem de serviço público, bem como tempo de contribuição fictício, para fins de concessão de benefícios previdenciários")

Observe que a única opção que está de acordo com o texto constitucional é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 38 (Noções de Direito Constitucional):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Constituição Federal diz que:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; (Ver opção que contém o texto “legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.” – gabarito)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão; (Ver opção que contém o texto “apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.”)

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais; (Ver opção que apresenta o texto “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.”)

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Ver opção que apresenta o texto “estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”)

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal; (Ver opção que apresenta o texto “suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.”)

Observe-se que a única opção que está de acordo com o texto constitucional é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE. (<https://www.sabedoriapolitica.com.br/administra%C3%A7%C3%A3o-publica/principios/impessoalidade/>).

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### Noções de Direito Administrativo (questões 39 a 46)

**Questão 39 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** A classificação dos atos administrativos é doutrinária, extensa e depende dos critérios adotados pelo doutrinador. A corrente doutrinária que apresenta a classificação quanto aos efeitos diz que o ato administrativo pode ter efeito jurídico constitutivo ou declaratório ou ainda enunciativo.

Ante o exposto, recomendamos ANULAR a questão, tendo em vista que nenhuma das 5 (cinco) opções, apresentadas é verdadeira.

**Conclusão da Banca:** Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

**Questão 40 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A LEI ESTADUAL N.º 16.710, DE 21.12.18 (DISPÕE SOBRE O MODELO DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO, ALTERA A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL) diz que:

Art. 6.º O Poder Executivo do Estado do Ceará terá a seguinte estrutura organizacional básica: (Nova redação dada pela lei n.º 18.310, de 17.02.23)

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

1. GOVERNADORIA:

2. VICE-GOVERNADORIA:

3. SECRETARIAS DE ESTADO:

(...)

3.13. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE. **Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 41 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** Cumpre esclarecer, inicialmente, que a questão 41 aborda o assunto “atos administrativos”, os quais são praticados no âmbito da Administração Pública brasileira, tema previsto no edital do certame, no item 3 do conteúdo programático.

Ainda, a lei brasileira não estabelece que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo. (Ver opção que contém o texto “a lei brasileira afirma que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo.”)

O texto disponível na página

[https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Carlos\\_Barbosa\\_Atos\\_administrativos\\_Parte\\_1.pdf](https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Carlos_Barbosa_Atos_administrativos_Parte_1.pdf) traz as seguintes informações:

1. Conceito: Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. Observação: elementos presentes no conceito:

- Manifestação de vontade; (Ver opção que contém o texto “são desprovidos de manifestação de vontade, cuja natureza é meramente executória.”)

Fato administrativo (para algumas bancas examinadoras é sinônimo de atos materiais) ☒ são atos praticados pela Administração desprovidos de manifestação de vontade cuja natureza é meramente executória. Ex. Demolição de uma casa, construção de uma parede na Administração, realização de um serviço etc. (Ver opção “são desprovidos de manifestação de vontade, cuja natureza é meramente executória.”)

2. Atributos (características)

a) **Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos:** Conceito ☒ os atos administrativos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove o contrário. Assim, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima. Este atributo está presente em todos os atos administrativos. (Ver opção que contém o texto “o ônus de provar a legitimidade e veracidade dos atos administrativos é da própria Administração Pública.”).

b) **Autoexecutoriedade** Conceito ☒ os atos administrativos podem ser executados pela própria Administração Pública diretamente, independentemente de autorização dos outros poderes. (Ver opção que contém o texto “são impostos a todos independentemente da vontade do destinatário.”).

A Lei Federal nº 9.784/199 diz que:

Art.13. Não podem ser objeto de delegação:

(...)

III – as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade (Ver opção que contém o texto “as matérias de competência exclusiva de autoridade pública podem ser objeto de delegação.”).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 42 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 5.172/66 conceitua o poder de polícia assim:

Art. 78. **Considera-se poder de polícia atividade da administração pública** que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

E o Conselho Nacional do Ministério Público, ao tratar do poder de polícia, diz que:

Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. É regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder. (<https://www.cnmp.mp.br/portal/glossario/7847-poder-de-policia>).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 43 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:**

Cumpra esclarecer, inicialmente, que a questão 43 aborda o assunto “controle da administração pública, previsto no edital do certame, no item 6 do conteúdo programático.

Ainda, a Constituição Federal estabelece que:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

- VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;
- IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

E no seu site, o TCU traz o seguinte texto:

“O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.”

O TCU é um tribunal administrativo que analisa e julga as contas dos administradores de recursos públicos federais. É responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/as-funcoes-do-tcu/1635432851>)

“A Constituição de 1988, por seu turno, explicitou, especificou e adicionou as competências do Tribunal de Contas, dando-lhe as feições de um tribunal administrativo com a especialidade de examinar as finanças públicas e, por via reflexa, estabelecendo os vetores do controle externo, a serem seguidos na apreciação das contas.”

(<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/20/edicao-2/tribunais-de-contas-no-brasil>).

“Toda essa análise nos conduz a uma conclusão lógica: o Tribunal de Contas da União é um órgão administrativo autônomo, que não pertence à estrutura de nenhum dos Poderes da República, nem está subordinado a qualquer um deles.”

(<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176510/000518643.pdf?sequence=3>).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 44 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Em 08/04/2022, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal publicou seguinte texto:

Responsabilidade do Estado é a obrigação dos órgãos públicos e demais entes estatais de reparar os danos que seus agentes causarem no exercício da função pública.

Pode ser objetiva – quando os atos praticados pelos agentes públicos resultam em prejuízos ou danos a terceiros, mesmo sem culpa – ou subjetiva, quando basta demonstrar o dano provocado pelo agente do Estado, e o nexo causal.

E o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro traz em seu site o seguinte texto:

“Na responsabilidade objetiva, fundada na teoria do risco, o elemento culpa não é utilizado na aferição do dever de indenizar. A diferença para a responsabilidade subjetiva é exatamente essa. Além desse fato, questão discutida na doutrina portuguesa é se a responsabilidade civil objetiva prescinde da ilicitude.”

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 45 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:**

Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 14.735/2023, que Instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, diz que:

**Art. 12. Constituem unidades de execução da polícia civil, sem prejuízo de outras definidas na lei do respectivo ente federativo:**

I - unidades policiais circunscricionais, distritais ou regionais;

II - unidades policiais especializadas;

III - Coordenadoria de Recursos e Operações Especiais; e

**IV - Departamento de Identificação Civil.**

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 46 (Noções de Direito Administrativo):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 8.429/1992 diz que:

Art. 10. **Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

**VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;**

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### Noções de Direito Penal (questões 47 a 55)

##### **Questão 47 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

O Código Penal brasileiro assim dispõe:

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

##### **Questão 48 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

Veja o que diz a Constituição Federal:

Art.5º (...)

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

O Código Penal Brasileiro estabelece, também que:

Anterioridade da Lei

Art. 1º- Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

##### **Questão 49 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Cumpre esclarecer, inicialmente, que a questão 49 aborda a figura dos sujeitos ativo e passivo no processo penal brasileiro, conteúdo contemplado no edital do certame, no item 2.2 do conteúdo programático.

Os demais recursos também são improcedentes, pelas razões seguintes:

“Sujeito ativo do crime.” “Entende-se por sujeito ativo o autor da infração penal. Com efeito, pode ser sujeito ativo pessoa física e capaz (com idade igual ou superior a 18 anos).” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/breve-analise-do-conceito-de-crime-sujeito-ativo-passivo-e-objetos/121943206>).

“Sujeito passivo”. “Trata-se da pessoa ou ente que sofre as consequências da infração penal.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/breve-analise-do-conceito-de-crime-sujeito-ativo-passivo-e-objetos/121943206>).

“Sujeitos do crime são as pessoas ou entes relacionados à prática e aos efeitos da empreitada criminosa. Dividem-se em sujeito ativo e sujeito passivo. Sujeito ativo é a pessoa que realiza direta ou indiretamente a conduta criminosa, seja isoladamente, seja em concurso.” (<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/sujeitos-do-crime/235573926>)

“Sujeito Ativo: pratica a conduta criminosa. Sujeito passivo: sofre a conduta criminosa” (<https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/14643687005392-analista-resumo-aula02.pdf>).

“No direito penal, o conceito de sujeito ativo é de extrema importância para a identificação e responsabilização das pessoas que cometem crimes. O sujeito ativo é aquele que pratica a conduta criminosa, sendo o autor ou agente do delito.” (<https://blog.mapeardireito.com.br/direito-penal/sujeito-ativo/>).

“**Sujeito Ativo:** É a pessoa que comete o crime, ou seja, o autor da ação delituosa. **Sujeito Passivo:** É a vítima do crime, a pessoa ou entidade que sofre as consequências do ato criminoso.” (<https://juristas.com.br/foruns/topic/diferencas-entre-sujeito-ativo-e-passivo/>).

“**Crimes próprios** ou **especiais** são aqueles em que o tipo penal exige uma situação de fato ou de direito diferenciada por parte do sujeito ativo.” (<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/concurso-de-pessoas/crimes-proprios-e-de-mao-propria>).

“A infração penal tem o **sujeito ativo, que é quem pratica a conduta**, e tem o **sujeito passivo, que é quem sofre a conduta tipificada na legislação.**” a) **Sujeito ativo** é aquele que realiza o fato típico descrito na norma jurídica. Na maioria das vezes **qualquer pessoa poderá ser o autor do tipo penal.**” (<https://www.olibat.com.br/3-mazza-direito-penal-sujeito-ativo-e-passivo/>).

Por fim, a Lei Federal nº 13.869/2019 esclarece que:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

Portanto, em matéria penal, indiscutivelmente, o sujeito ativo é aquele que comete o crime.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 50 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Os crimes contra a incolumidade pública são os descritos no Título VIII (do art.250 ao 285) do Código Penal brasileiro. O crime descrito na opção indicada no Gabarito Preliminar está previsto no art.283 da referida lei penal. Por outro lado, os crimes de feminicídio, infanticídio, sequestro e rufianismo estão, respectivamente, nos artigos 121, 123, 148 e 230.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 51 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

No art.23 do Código Penal estão previstas as seguintes causas excludentes de ilicitudes: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito. Por outro lado, segundo a doutrina e a jurisprudência, a coação moral irresistível, prevista no art.22 da referida lei penal, é uma das hipóteses de exclusão da culpabilidade. Veja:

“Estabelece o art. 22 do Código Penal: 'Se o fato é cometido sob coação irresistível (...), só é punível o autor da coação'. Esse dispositivo legal, nada obstante mencione somente 'coação irresistível', refere-se exclusivamente à coação moral irresistível.

(<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/coacao-moral-irresistivel>).

“(…) Coagir é obrigar alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, de forma irresistível ou não, a cometer um crime. A coação física irresistível exclui a conduta, e, portanto, o fato típico. A coação moral irresistível, por outro lado, exclui a culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.”

(<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/agravantes-e-atenuantes-genericas-1/agravantes-no-caso-de-concurso-de-pessoas-cp-62/agente-que-coage-ou-induz-outrem-a-execucao-material-do-crime>).

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 52 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Os crimes contra a pessoa são os descritos no Título I (do art.121 ao 154-A) do Código Penal brasileiro. Os crimes descritos na opção indicada no Gabarito Preliminar estão nos artigos 146-A, 150, 151 e 154-A. Já os crimes de furto, roubo, extorsão, apropriação indébita e estelionato estão, respectivamente, nos artigos 155, 157, 158, 168 e 171.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 53 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Os crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública são os descritos no Capítulo I do Título XI (do art.312 ao 326) do Código Penal brasileiro. Os crimes descritos na opção indicada no Gabarito Preliminar estão nos artigos 312, 316 (caput e §1º) e 320 da referida lei penal. Já os crimes de tráfico de influência, corrupção ativa e descaminho são crimes praticados por particular contra a Administração Pública e estão, respectivamente, nos artigos 332, 333 e 334.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 54 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes.

Os crimes praticados contra a paz pública são os descritos no Título IX (do art.286 ao 288-A) do Código Penal brasileiro. Os crimes descritos na opção indicada no Gabarito Preliminar estão nos artigos 286, 287 e 288. Já os crimes de moeda falsa, falsificação de documento público, falsidade ideológica e de uso de documento falso estão, respectivamente, descritos nos artigos 289, 297, 299 e 304.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 55 (Noções de Direito Penal):**

**Fundamentação da Banca:** A presente questão deve ser anulada, porque, conforme será adiante demonstrado, somente o item II é INCORRETO.

“A natureza jurídica do inquérito policial é um procedimento administrativo, com caráter informativo e preparatório da ação penal, sendo regulamentado por ato administrativo em geral, mas dentro da seara do processo penal.” ([https://fdcl.edu.br/revista/pixels/wp-content/uploads/2021/12/fdcl\\_pixels\\_ano3\\_vol2\\_2021-2\\_artigo03.pdf](https://fdcl.edu.br/revista/pixels/wp-content/uploads/2021/12/fdcl_pixels_ano3_vol2_2021-2_artigo03.pdf)).

O inquérito policial (IP) é procedimento administrativo pré-processual, ou seja, não integra o processo penal de fato. Além disso, o inquérito é inquisitório, diferentemente do processo penal que segue o sistema processual acusatório. (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inquerito-policial-definicao-caracteristicas-e-funcao/1752789142>).

“Então, quando falamos hoje, por exemplo, que o inquérito é um procedimento e não um processo administrativo, muito mais do que uma diferença de nomenclatura, o Supremo Tribunal Federal aponta que não se aplica a esta fase o contraditório e a ampla defesa, os quais são aplicáveis exclusivamente ao processo judicial ou administrativo.” (<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/inquerito-policial-aspectos-relevantes-frente-a-constituicao>).

“Outrossim, além da função de colher elementos de autoria e materialidade, o inquérito é fundamental para a decretação de medidas cautelares.

(<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inquerito-policial-definicao-caracteristicas-e-funcao/1752789142>). (Ver itens III e IV da questão).

“Em síntese, o inquérito é nada mais que um procedimento administrativo, que é convencionado pela polícia judiciária, que averigua toda a vivência do crime, para poder iniciar a ação penal.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inquerito-policial-e-suas-formas-de-instauracao/1731638857>).

Características do Inquérito Policial, conforme a legislação e a jurisprudência. (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-processual-penal-conheca-as-caracteristicas-do-inquerito-policial/2177180409>):

(1) ESCRITO (ART. 9º CPP) - O inquérito é um procedimento escrito, conforme estabelecido no Art. 9º do Código de Processo Penal (CPP), que exige que todas as peças do inquérito sejam reduzidas a escrito ou datilografadas e rubricadas pela autoridade competente;

(2) INQUISITIVO (ART. 155 DO CPP) - O inquérito é caracterizado por características inquisitivas, não se submetendo aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

(3) DISPENSÁVEL (ARTS. 12, 27, 39, § 5º E 46, § 1º CPP) - O inquérito policial é dispensável para o titular da ação penal, não sendo uma condição de procedibilidade para a futura ação penal;

(4) OFICIAL E OFICIOSO (ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO) - O inquérito é procedimento oficial, realizado pela autoridade policial competente, e é oficioso, ou seja, cabe à autoridade policial agir de ofício ao tomar conhecimento de crimes de ação penal pública incondicionada;

(5) SIGILOSO (ART. 20 CPP) - O inquérito policial é sigiloso, sendo assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, conforme o Art. 20 do CPP;

(6) DISCRICIONÁRIO (ARTS. 6º E 7º CPP) - O procedimento do inquérito é discricionário, pois a autoridade policial tem uma série de diligências que pode realizar, não estando restrita a um rol taxativo;

(7) INDISPONIBILIDADE DO INQUÉRITO (ART. 17 CPP) - Uma vez instaurado, o inquérito não pode ser disposto, desistido ou arquivado pela autoridade policial, conforme estabelecido no Art. 17 do CPP.

Vê-se, pois, que a única afirmação incorreta é a contida no item II.

Ante o exposto, recomendamos ANULAR a questão, tendo em vista que nenhuma das 5 (cinco) opções, apresentadas é verdadeira.

**Conclusão da Banca:** Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

## Noções de Processo Penal (questões 56 a 62)

### Questão 56 (Legislação Penal e Processual Penal):

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Em 21/06/2020, o Superior Tribunal de Justiça publicou, em seu site, a seguinte matéria:

Princípio do juiz natural, uma garantia de imparcialidade

O princípio do juiz natural – consagrado em todas as constituições brasileiras, exceto na de 1937 – constitui uma garantia de limitação dos poderes do Estado, que não pode instituir juízo ou tribunal de exceção para julgar determinadas matérias nem criar juízo ou tribunal para processar e julgar um caso específico.

A Constituição Federal de 1988 determina em seu **artigo 5º** que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. E acrescenta: "XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção"; "LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente".

No Informativo nº 587 do STF consta o seguinte texto:

“A nova Constituição do Brasil, ao proclamar as liberdades públicas - que representam limitações expressivas aos poderes do Estado - consagrou, agora de modo explícito, o postulado fundamental do juiz natural. O art. 5º, LIII, da Carta Política, prescreve que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. (<https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo587.htm>).

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### Questão 57 (Legislação Penal e Processual Penal):

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

O JUSBRASIL, principal site especializado na publicação de artigos jurídicos, traz o seguinte texto (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/processo-penal-caracteristicas/1741799074>):

“Conforme doutrina, podemos citar 3 (três) principais características do Direito processual Penal, quais sejam:

1- **autônomo:** o Processo Penal não depende do Direito Penal nem de qualquer outro ramo do Direito;

2- **instrumental:** o Processo Penal é o meio pelo qual ocorre o Direito Penal;

3- **normativo:** o Processo Penal se organiza através de um Código só seu.

Essas mesmas características aparecem destacadas em texto do site verbo jurídico ([https://www.verbojuridico.com.br/intensivos/ead/upload/Cursos/direito\\_processual\\_penal\\_amostra.delse.pdf](https://www.verbojuridico.com.br/intensivos/ead/upload/Cursos/direito_processual_penal_amostra.delse.pdf)).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 58 (Legislação Penal e Processual Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Sobre o Inquérito Policial, o Código de Processo Penal diz que:

Art.5º-Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I - de ofício (Ver opção que contém o texto “o inquérito policial será iniciado de ofício, nos crimes de ação privada, se for requerido, no prazo legal, por pessoa plenamente capaz.”)

§ 2º-Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia. (Ver opção que contém o texto “caberá recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, para o órgão do Poder Judiciário competente.”)

§4º-O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§5º-Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la (Ver opção que contém o texto “a autoridade policial, nos crimes de ação pública, somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.”)

Art.20 (...)

Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes. (Ver opção “a autoridade policial mencionará anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes, nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados.”)

Art.12. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra. (Ver opção “o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.”)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 59 (Legislação Penal e Processual Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

De acordo com o Código de Processo Penal:

Art.157. São inadmissíveis, **devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.**

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Alteração do gabarito preliminar da resposta correspondente a I, II e III para a resposta correspondente a I, II, III e IV.

**Questão 60 (Legislação Penal e Processual Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

O Código de Processo Penal estabelece:

Art. 312. **A prisão preventiva poderá ser decretada** como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 61 (Legislação Penal e Processual Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Acerca do interrogatório do acusado, o Código de Processo Penal diz que:

Art. 191. Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente. (Ver opção que contém o texto “Havendo mais de um acusado, todos serão qualificados e interrogados simultaneamente.”)

Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. (Ver opção que contém o texto “O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, mesmo sem defensor, será qualificado.”)

Art.186 (...)

Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. (Ver opção que contém o texto “O silêncio, que não importará em confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.”)

Art. 189. Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, poderá prestar esclarecimentos e indicar provas. (Ver opção que contém o texto “Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, terá que apresentar provas de sua inocência no prazo legal.”)

Art. 187. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos (Ver opção que contém o texto “O interrogatório será constituído de duas partes, quais sejam, sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.”)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 62 (Legislação Penal e Processual Penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

Sobre a interceptação de comunicações telefônicas, a Lei Federal nº 9.296/96 diz que:

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei:

**Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.**

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Legislação especial penal e processual penal (questões 63 a 70)**

**Questão 63 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:**

Cumpra esclarecer, inicialmente, que a questão 63 aborda o texto da Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

O tema da questão está contemplado no edital, no item 6 do conteúdo programático.

A Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, assim dispõe:

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (Ver item II)

Art.12-B (...)

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes. (Ver item I)

Art.14-A (...)

§ 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens. (Ver item V)

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. (Ver item IV)

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial. (Ver item III)

Grifamos

Observe-se que o item III é o único que está em desacordo com o texto legal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 64 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:**

Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, diz que:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária (...)

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 65 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:** Cumpra esclarecer, inicialmente, que a questão 63 aborda o texto da Lei Federal nº 12.830/2013, que regulamenta a investigação criminal conduzida por delegado de polícia.

O assunto da questão foi previsto no edital, no item 4 do conteúdo programático.

Os demais recursos também são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, diz que:

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado. (Ver opção que contém o texto “as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza administrativa, não essenciais, mas exclusivas de Estado.”)

§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais. (Ver opção que contém o texto “cabe, às autoridades policiais, a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.”)

§ 2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos. (Ver opção que contém o texto “durante a investigação criminal, cabe ao Oficial Investigador de Polícia a requisição de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.”)

§ 4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente podará ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação. (Ver opção que contém o texto “o inquérito policial ou qualquer outro procedimento investigatório não poderá ser avocado nem redistribuído por superior hierárquico.”)

§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Observe-se que a única opção que está de acordo com o texto legal é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 66 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

As Contravenções relativas à polícia de costumes estão descritas no Capítulo VII (do art.50 ao 64) do Decreto-lei nº 3.688/1941, conhecido como Lei das Contravenções Penais.

A referida lei, em seu art.58, diz que: “Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração:” (Ver opção que contém o texto “explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração.”)

Logo, a única opção que está de acordo com o texto legal é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 67 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, diz que:

Art.1º (...)

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos. (Ver opção que contém o texto “aquele que se omite, em face dessa conduta criminosa, quando tinha o dever de evitá-la ou apurá-la, incorre na pena de demissão da função pública a bem do serviço público.”)

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos. (Ver opção que contém o texto “se aplica a pena de detenção e multa se da tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.”)

**§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. (Ver opção que contém o texto “a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.”)**

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. (Ver opção que contém o texto “é inafiançável, imprescritível e suscetível de graça ou anistia, nas hipóteses previstas em lei.”)

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. (Ver opção que contém o texto “o condenado por esse crime iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.”)

Observe que a única opção que está de acordo com o texto legal é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 68 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:**

Os crimes hediondos são os descritos na Lei Federal nº 8.072/1990. A Lei nº 13.964/2019 retirou o latrocínio do rol de crimes hediondos. E o tráfico de pessoas só é considerado crime hediondo quando cometido contra criança ou adolescentes. (Ver. Inciso XII do art.1º).

O referido artigo apresenta rol taxativo de crimes considerados hediondos, dentre os quais, encontram-se os crimes de feminicídio, estupro de vulnerável e de genocídio, nos incisos I-B e VI e no inciso I do parágrafo único desse mesmo artigo, respectivamente.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de alteração do gabarito e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 69 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, estabelece que:

**Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:**

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 70 (Legislação especial penal e processual penal):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei Federal nº 12.850/2013, que define organização criminosa, estabelece que:

**Art. 3º-A. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.**

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Legislação estadual (questões 71 a 80)**

**Questão 71 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

A Constituição do Estado do Ceará estabelece que:

**Art. 179. A atividade policial é submetida ao controle externo do Ministério Público**, deste devendo atender às notificações, requisições de diligências investigatórias e instauração de inquéritos, em estrita observância dos disciplinamentos constitucionais e processuais.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 72 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará diz que:

**Art. 60 - Reversão** é o reingresso no Sistema Administrativo do aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Alteração do gabarito preliminar da opção “propriamente militar” para “impropriamente militar”.

**Questão 73 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará diz que:

**Art. 123 - Considera-se vencimento** a retribuição correspondente ao padrão, nível ou símbolo do cargo a que esteja vinculado o funcionário, em razão do efetivo exercício de função pública.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 74 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará diz que:

Art.77 (...)

§ 1º - **Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade** percebendo remuneração proporcional por cada ano de serviço, à razão de:

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 75 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** A questão aborda o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, previsto em edital, no item 2 do conteúdo programático.

Ainda, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará diz que:

CAPÍTULO VII - DA RETRIBUIÇÃO

(...)

SEÇÃO VI - DAS GRATIFICAÇÕES

**Art. 132 - Ao funcionário conceder-se-á gratificação em virtude de:**

I - prestação de serviços extraordinários;

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 76 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará diz que:

**Art. 200 - Tendo em vista a gravidade do ilícito, a demissão poderá ser aplicada com a nota “a bem do serviço público”, a qual constará sempre nos casos de demissão referidos nos itens I e VII do artigo 199.**

**Art. 199. A demissão será aplicada nos seguintes:**

**I - crime contra a administração pública;**

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 77 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “inquérito policial”. Comprova-se a exatidão desta Os recursos interpostos são improcedentes, pela seguinte razão:

A Lei nº 12.124/1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, estabelece que:

Art. 9º - Os cargos pertencentes à Polícia Civil serão preenchidos por:

I – Nomeação

II – Ascensão Funcional

III – Reintegração

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 78 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei nº 12.124/1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, estabelece que:

Art. 103 –São transgressões disciplinares:

b) do segundo grau:

XXVII – negligenciar na revista a preso e a cela; (Ver opção que contém o texto “Negligenciar revista a preso e a cela configura transgressão disciplinar de primeiro grau, sujeitando o infrator à pena de repreensão.”)

Art.106 (...)

§ 1º - Durante o período de suspensão, o policial civil perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo. (Ver opção que contém o texto “Durante o período de suspensão, o policial civil perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo.”)

§ 2º - A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la, antes de seu início, em multa de cinquenta por cento (50%) dos vencimentos correspondentes ao período da punição, sendo obrigado o policial civil, nesse caso, a permanecer em serviço. (Ver opção que contém o texto “A qualquer tempo, a autoridade competente para aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la em advertência e multa.”)

Art. 107 – A sanção cabível para a transgressão disciplinar do terceiro grau é a demissão. (Ver opção que contém o texto “A sanção cabível para a transgressão disciplinar do terceiro grau é a demissão a bem do serviço público, além de multa.”)

Art. 109 – O policial civil que sofrer pena prevista nos itens I e II do art. 104, poderá ser movimentado compulsoriamente para outra Unidade policial quando, em razão da falta cometida, tornar-se essa medida conveniente para o serviço policial. (Ver opção que contém o texto “O policial civil que sofrer pena de suspensão será transferido para outra unidade policial, quando essa medida for de interesse do infrator.”)

Observe-se que a única opção que está de acordo com a norma legal é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 79 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei nº 12.124/1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, estabelece que:

Art. 27 – Exercício funcional é o ato pelo qual o servidor nomeado assume formalmente as atribuições do cargo que lhe são atribuídas em Lei.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 80 (Legislação estadual):**

**Fundamentação da Banca:** Os recursos interpostos são improcedentes, pelas razões seguintes:

A Lei nº 12.124/1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, diz que:

Art. 99 – A apuração da responsabilidade funcional será procedida através de Sindicância ou de Processo Administrativo, onde será assegurado o contraditório e ampla defesa

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 81 (Contabilidade):**

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CONTABILIDADE, no item “3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos”.

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “permutativo”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

“São fatos que acarretam uma troca (permuta) entre elementos do *ativo*, do *passivo*, ou de ambos, porém sem provocar alteração no Patrimônio Líquido, alterando apenas a composição qualitativa dos elementos pertencentes ao Patrimônio. Ex.: compra de uma máquina à vista - ocorre a permuta de um bem (dinheiro) por outro bem (máquina), ambos elementos *do ativo*.”  
([https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/fatos\\_contabeis.php](https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/fatos_contabeis.php)).

Os fatos contábeis permutativos, conhecidos como fatos compensativos, são aqueles que não geram modificações do valor do patrimônio líquido da empresa, mas, apenas, trocam a sua composição. Há uma permuta, entre um ativo e outro, sem que haja ganho ou perda de patrimônio. Como exemplo de fato permutativo, pode-se citar a aquisição de produtos para estoque. A compra a prazo de mercadorias para revenda representa um fato administrativo permutativo porque o registro contábil do valor da operação será **debitado numa conta do ativo** (Estoque de Mercadorias) e **creditado numa conta do passivo** (Contas a Pagar), não alterando, portanto, o valor do patrimônio líquido.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 82 (Contabilidade):**

**Fundamentação da Banca:** O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CONTABILIDADE, no item “6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa.

Cumpra esclarecer, inicialmente, que a questão 82 aborda os livros de escrituração contábil previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade. O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “diário”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

A Norma Brasileira de Contabilidade denominada ITG 2000 (R1) – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, cita os livros contábeis Diário e Razão como obrigatórios. Atente para os seguintes trechos:

“9. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como (...); “10. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como (...). E, exclusiva e especificamente, sobre o Livro Diário, a referida Norma diz que: “11. Admite-se o uso de códigos e/ou abreviaturas, nos históricos dos lançamentos, desde que permanentes e uniformes, devendo constar o significado dos códigos e/ou abreviaturas no Livro Diário ou em registro especial revestido das formalidades extrínsecas de que tratam os itens 9 e 10.”; “13. As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.”; “14. No Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais”.

Em que pese a Norma Contábil ter colocado o Livro Razão em igualdade de condições com o Livro Diário, no quesito obrigatoriedade, o item 13 acima descrito, claramente, demonstra que a referida Norma reconheceu o que há anos era defendido pelos doutrinadores contábeis do nosso país: o principal livro contábil é o Diário.

Sabe-se que, ao final de cada exercício social, as entidades públicas e privadas, em funcionamento no território nacional, são obrigadas a levantar várias demonstrações contábeis previstas em lei. À vista disso, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Norma aqui mencionada, no item 13, tornou obrigatória a transcrição das demonstrações contábeis no Livro Diário.

Vê-se, pois, que as Normas Brasileiras de Contabilidade não deram ao Livro Razão o mesmo tratamento dado ao Livro Diário, qual seja: de principal livro de escrituração contábil.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 83 (Contabilidade):**

**Fundamentação da Banca:** O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CONTABILIDADE, no item “11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e no item “12. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016”.

O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “balanço patrimonial”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Sobre o Balanço Patrimonial, a Lei nº 6.404/76 dispõe na Seção III sob o título Balanço Patrimonial/ Grupo de Contas, no Art. 178 traz o seguinte texto: No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia (...).

O § 2º tem a seguinte redação: No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: I – passivo circulante; II – passivo não circulante; e III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. As Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, trazem a seguinte informação: “11. O balanço patrimonial elaborado de acordo com esta Norma deve conter como ativo, passivo e patrimônio líquido, itens que satisfaçam as definições apresentadas no item 9.”

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 84 (Contabilidade):**

**Fundamentação da Banca:** O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CONTABILIDADE, no item “11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “cisão”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

A questão 85 aborda as operações de Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão, as quais estão disciplinadas no CAPÍTULO XVIII da Lei Federal nº 6.404/76.

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 85 (Contabilidade):**

**Fundamentação da Banca:** O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CONTABILIDADE, no item

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção que corresponde a “R\$ 10.800,00”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte demonstração da contabilização dos fatos contábeis narrados na referida questão, de acordo com o método das partidas dobradas (o único aceito pela legislação brasileira) e com o princípio (regime) contábil da competência (exigido por lei e pelas normas brasileiras de contabilidade):

Debitar	R\$ 10.800,00	na conta “Despesas de Salários” (Despesas)
Creditar	R\$ 400,00	na conta “Adiantamentos a funcionários” (ativo)
Creditar	R\$ 1.100,00	na conta “INSS a recolher” (passivo)
Creditar	R\$ 700,00	na conta “IRRF a recolher” (passivo)
Creditar	R\$ 8.600,00	na conta “Salários a pagar” (passivo)

RESUMO DOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS:

Total dos débitos	R\$ 10.800,00
Total dos créditos	R\$ 10.800,00

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

### **Criminologia (questões 86 a 90)**

#### **Questão 86 (Criminologia):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “Política Criminal”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio dos seguintes textos especializados que tratam do assunto:

“A criminologia se ocupa do estudo do criminoso e das causas da criminalidade, enquanto a política criminal estuda e recomenda os meios de prevenção e repressão à delinquência.

(<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/quais-as-diferencas-basicas-entre-criminologia-e-politica-criminal-patricia-a-de-souza/1072094>).

“A Política criminal é vista como “conjunto sistemático de princípios e regras através dos quais o Estado promove a luta de prevenção e repressão das infrações penais.” Para Claus Roxin “a questão pertinente a como devemos proceder quando há infringência das regras básicas de convivência social, causando danos ou pondo em perigo os indivíduos ou a sociedade, conforma o objeto criminal”.

(<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politica-criminal-direito-de-punir-do-estado-e-finalidades-do-direito-penal/121814432>).

“As conclusões foram no sentido de que a elaboração de toda política criminal deve seguir critérios próprios de uma política pública de Estado e cujo objetivo deve ser a manutenção e a defesa de direitos fundamentais.” (<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/8840>).

“A Política Criminal é uma ciência manejada por todas as esferas de atuação do Estado. O Poder Judiciário, por sua vez, realiza política criminal, por intermédio de seus operadores, através da análise empírica de um fenômeno criminal. Sendo assim, a decisão judicial, que resolve os conflitos concretos levados ao conhecimento do Poder Judiciário, representa a efetivação das estratégias repressivas ou preventivas idealizadas para orientar a sua atuação perante determinada criminalidade (Saenz, 2008, p. 58), o que implica em fazer política criminal.”

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

#### **Questão 87 (Criminologia):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “empírica e interdisciplinar”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio dos seguintes textos especializados que tratam do assunto:

“A criminologia é uma ciência que estuda a criminalidade. Trata-se de uma ciência empírica, baseada na realidade, e interdisciplinar a qual somando-se a ensinamentos da sociologia, psicologia, medicina legal e o próprio direito apresentando como objeto de estudo o crime, o criminoso, a vítima e o controle social”. (<https://revistaft.com.br/criminologia-uma-ciencia-social-empirica-de-observacao-do-fenomeno-criminoso/>).

“É uma ciência sem sombra de dúvidas, empírica, pois analisa sempre os fatos reais e concretos através de meios de observação da realidade dos fatos, é chamada de ciência plural pois é interdisciplinar com pressupostos objetivos de relacionamento com outras modalidades e recebendo influência de outras ciências fazendo a cooperação integrada no objetivo de desenvolver perspectivas sobre o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/criminologia-como-ciencia-empirica-e-estudo-do-ser/195501993>).

“1. Cabe definir a Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo,” ([http://www.tabuleirodigital.com.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/ItemAcervo552?rev=&filename=Texto\\_1\\_Molina\\_Antonio\\_Garc%Eda\\_Pablos\[1\]\\_A\\_Criminologia\\_como\\_ci%Eancia\\_emp%Edrica.pdf](http://www.tabuleirodigital.com.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/ItemAcervo552?rev=&filename=Texto_1_Molina_Antonio_Garc%Eda_Pablos[1]_A_Criminologia_como_ci%Eancia_emp%Edrica.pdf)).

“... atribuir o conceito de criminologia definindo como uma ciência autônoma, empírica e interdisciplinar, que se preocupa em estudar, por meio de métodos biológicos e sociológicos, o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, com escopo de controle e prevenção da criminalidade, tratando do crime como problema social.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/criminologia/1407571954>).

“a Criminologia é a ciência empírica e interdisciplinar que tem por objeto o crime, o delinquente, a vítima e o controle social do comportamento delitivo e que aporta uma informação válida, contrastada e confiável, sobre a gênese, dinâmica e variáveis do crime - contemplado este como fenômeno individual e como problema social, comunitário”

(<https://www.conamp.org.br/publicacoes/artigos-juridicos/4631-breves-consideracoes-sobre-a-importancia-do-saber-criminologico-pelos-membros-do-ministerio-publico-4631.html>).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 88 (Criminologia):**

**Fundamentação da Banca:** O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 121 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 15 de abril de 2025, em seu ANEXO I, sob o título CRIMINOLOGIA, no subitem “1.1 Conceito”.

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica, como única resposta correta, a opção cujo texto é “psicológicos, biológicos e sociais”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio dos seguintes textos especializados que tratam do assunto:

“De outra banda, na criminologia moderna o crime é visto como uma interação biopsicossocial, ou seja, como um conjunto de caracteres biológicos, psicológicos, sociais, sendo este conceito de delito uma das maiores revoluções trazidas por esta criminologia da atualidade.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principais-aspectos-da-criminologia/338959871>).

“Além das contribuições de Lombroso, as contribuições de Enrico Ferri (2004) também são significativas no campo da criminologia. Sua abordagem no campo da sociologia criminal aprofundou a compreensão da interação entre fatores biológicos, sociais e psicológicos na determinação do comportamento criminoso.” (<https://revistaft.com.br/alem-das-marcas-uma-analise-critica-das-teorias-de-cesare-lombroso-sobre-as-caracteristicas-fisicas-e-sua-relevancia-na-criminologia-contemporanea/>).

“Em outro momento passou-se a observar os fatores biológicos, psicológicos e sociais, tais fatores possuem um diagnóstico mais lento, pois acumulam toda a vida pregressa do delinquente de acordo com os transtornos vividos acometidos a vida urbana, como por exemplo: problemas familiares, traumas, educação e companhias.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nocoes-de-criminologia/514177196>).

“Esse é um tema extremamente complexo. Certamente esse texto não tem intenção de esgotar tal complexidade relacionada ao tema. A criminalidade envolve fatores biológicos, psicológicos (especialmente comportamentais) e sociais, devendo ser discutido e abordado por diversas ciências humanas.”.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 89 (Criminologia):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção que contém a sequência “3, 2, 1.”

Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão previsto no art.130-A da Constituição Federal, que atua em prol do cidadão executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros, apresenta em seu site o seguinte texto sobre vitimização:

Vitimização - Também conhecida por “processo vitimizatório”, a vitimização pode ser compreendida como a ação ou o efeito de ser vítima de uma conduta praticada por um terceiro, por si mesmo, ou ainda por um fato natural.

O que ocorre na vitimização são as consequências negativas de um fato traumático. A doutrina especializada costuma dividir, para fins didáticos, o processo de vitimização em três: 1. Vitimização primária: É o dano decorrente do próprio crime. As consequências imediatas da vitimização primária variam de acordo com a natureza do crime ou do fato delituoso cometido, podendo ser físicas, psicológicas ou materiais e patrimoniais. 2. Vitimização secundária: Ocorre no âmbito dos órgãos formais do Estado. Também chamada de “Revitimização” ou de “Sobrevitimização”, é aquela causada pelas instâncias formais que detêm o controle sobre o âmbito social (isto é, em delegacias, no Ministério Público etc.). Abrange os custos pessoais derivados da intervenção do sistema legal que podem aumentar o sofrimento da vítima. Ocorre quando há desrespeito às garantias e aos direitos fundamentais das vítimas de crime no curso da investigação ou do processo penal. 3. Vitimização terciária: Ocorre quando, em contato com o grupo familiar ou em seu meio ambiente social (como trabalho, escola, vizinhança, igreja etc.), a vítima for novamente vitimada pelos que a cercam. Após a divulgação do crime, as pessoas que rodeiam a vítima podem se afastar, principalmente quando se tratar de crimes contra os costumes, considerados estigmatizantes. Olhares atravessados, comentários maldosos, perguntas indecentes e indiscretas e até mesmo “brincadeiras” trazem humilhação e constrangimento à vítima, levando a novos sofrimentos. A vitimização terciária, portanto, é o processo de “estigmatização” imposto pelo círculo mais próximo da vítima, após a ocorrência do crime/fato.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 90 (Criminologia):**

**Fundamentação da Banca:** O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “Teoria das Atividades Rotineiras”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

“Em sua essência, a teoria das atividades de rotina ressalta o agente do crime como um ser racional, que faz avaliações de oportunidades, riscos e recompensas, para cometer ou não o delito.”

“A teoria das atividades rotineiras considera o crime como uma função do comportamento cotidiano das pessoas. Para que um crime seja cometido, são necessários três elementos: um alvo adequado, um infrator motivado e a ausência de tutela (Cohen & Felson, 1983). Essa teoria afirma, por exemplo, que o crime ocorrerá quando o ladrão motivado estiver presente perto de um alvo fácil que não esteja adequadamente protegido.”

(<https://openoregon.pressbooks.pub/criminologyintro/chapter/4-4-opportunity-theories/>).

“Também chamadas de Teorias das Oportunidades, ou Teorias Situacionais, as Teorias das Atividades Rotineiras partem do pressuposto de que a racionalidade da opção delitiva está ligada às oportunidades, às situações presentes que o delinquente vivencia, colocando relevância nos fatores temporais e espaciais do momento da ocorrência de um crime. Esse grupo de teorias sublinha o fracasso das instâncias de controle social.”

(<https://juspodivmdigital.com.br/cdn/pdf/JUS2926-Degustacao.pdf>.)

“3.4. Teorias da escolha racional e oportunidade 3.4.1. Teoria das Atividades Rotineiras: A criminalidade violenta é um fenômeno complexo que tem despertado o interesse de diversos pesquisadores, os quais buscam compreender suas causas e os efeitos sobre a sociedade. Nesse contexto, uma das abordagens mais influentes é a Teoria das Atividades Rotineiras, proposta por Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979). Segundo essa teoria, o crime não ocorre apenas por motivações internas do indivíduo, mas também em razão das oportunidades que o ambiente social oferece. A perspectiva da oportunidade criminal afirma que os infratores tendem a fazer escolhas racionais, optando por alvos que representem alto retorno, baixo risco e mínima dificuldade. Assim, o crime é resultado da convergência de três elementos no tempo e no espaço: (1) um infrator motivado, (2) um alvo adequado e (3) a ausência de um guardião eficaz que impeça a ação criminosa. A ausência de qualquer um desses elementos é suficiente para prevenir o delito.

“Chamada de TEORIA DA OPORTUNIDADE, onde a análise que se faz do delito refere-se a um aspecto SITUACIONAL, ou seja, analisa-se o contexto atual da situação. Teoria originária de uma obra de COHEN (1979) concluindo que em épocas de êxito social aumenta-se a taxa de criminalidade por existir mais oportunidades para a prática de crime.” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/criminologia-introducao/327893090>).

“Teoria das Atividades Rotineiras – (Teoria da Oportunidade) Essa teoria entende que não basta para a ocorrência do delito que esse indivíduo tenha vontade de praticar o crime, mas sim que, aliada a vontade racional exista de uma oportunidade (Vontade racional + Oportunidade).” (<https://mail.fadiva.edu.br/youtube/criminologianamentedocriminoso/ebook7.pdf>). “Durante as últimas duas décadas, a teoria das atividades rotineiras tem sido utilizada para explicar taxas agregadas de crimes, risco individual de vitimização, mudanças nas taxas de crimes sobre o tempo, e a ecologia social do crime (COHEN e LAND, 1987. MIETHE e MÉIER, 1990). Cada uma dessas aplicações procurou entender como a natureza das atividades fora de casa influencia na exposição a situações de risco.” ([https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-BEQEWQ/1/disserta\\_\\_o\\_rodrigo\\_alisson\\_fernandes.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-BEQEWQ/1/disserta__o_rodrigo_alisson_fernandes.pdf)).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE

#### Medicina legal (91 a 95)

##### **Questão 91 (Medicina legal):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 91 aborda o tópico “Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia” do Programa da Disciplina de Medicina Legal.

Ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto “contundente, contundente e contundente”.

Todas as lesões descritas na questão, quais sejam, “equimoses, escoriações e luxação” são promovidas por ação contundente.

Não foi utilizado o termo “necessariamente” na questão e sim a expressão “é correto afirmar”.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto “contundente, contundente e contundente”.

Recomenda-se, portanto, o indeferimento do recurso e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

##### **Questão 92 (Medicina legal):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 92 aborda o tópico “Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia” do Programa da Disciplina de Medicina Legal.

A questão avaliava o conhecimento do candidato sobre lesões promovidas por projéteis de arma de fogo.

A característica do orifício de entrada da lesão por projétil de arma de fogo são bordas invertidas e não bordas evertidas. A questão informa achados compatíveis – não sempre presentes – com o orifício de entrada da lesão por projétil de arma de fogo disparada a curta distância, o que inclui o estudo do seu entorno, conforme largamente disposto na doutrina médico-legal.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém características compatíveis de lesão promovida por disparo de arma de fogo a curta distância, conforme o texto “presença de zona de esfumaçamento e zona de tatuagem, no orifício de entrada, são compatíveis com disparo de arma de fogo a curta distância”.

Recomenda-se, portanto, o indeferimento do recurso e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

##### **Questão 93 (Medicina legal):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 93 aborda o tópico “Conceito e diagnóstico da morte. 6.1 Fenômenos cadavéricos. 6.2 Cronotanatognose, comoriência e premoriência. 6.3 Exumação. 6.4 Causa jurídica da morte. 6.5 Morte súbita e morte suspeita” do Programa da Disciplina de Medicina Legal.

A questão avaliava o conhecimento do candidato sobre fenômenos cadavéricos.

Conforme a doutrina médico-legal balizada, a exemplo de Genival Veloso de França, os fenômenos cadavéricos seguem a seguinte sequência: fase de coloração, fase gasosa, fase coliquativa e fase de esqueletização. Também é o observável na prática pericial.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que menciona a sequência das fases dos fenômenos cadavéricos, conforme o texto “fase de coloração, fase gasosa, fase coliquativa e fase de esqueletização”.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 94 (Medicina legal):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 94 aborda o tópico “Principais métodos de identificação” do Programa da Disciplina de Medicina Legal.

A questão avaliava o conhecimento do candidato sobre Identificação humana.

Conforme a DOCTRINA MÉDICO-LEGAL balizada, a exemplo de Genival Veloso de França (autor amplamente estudado em todo o Brasil): papiloscopia, avaliação da arcada dentária e avaliação de amostras de DNA são técnicas primária de identificação. O reconhecimento não é uma forma de identificação humana e sim uma declaração laica, que carece da técnica científica.

Na fundamental obra “Medicina Legal” de Genival Veloso de França (Ed. Guanabara Koogan – 11. Edição, página 62), é possível se ler, in verbis:

“Finalmente, é necessário que se diferencie o reconhecimento da identificação. O primeiro significa apenas o ato de certificar-se, conhecer de novo, admitir como certo ou afirmar conhecer. É pois uma afirmação laica, de um parente ou conhecido, sobre alguém que se diz conhecer ou de sua convivência.”

E continua: “Já a identificação é um conjunto de meios científicos ou técnicas específicas empregados para que se obtenha uma identidade. É um procedimento médico-legal cuja finalidade é afirmar efetivamente por meio de elementos antropológicos [...]

Conforme a DOCTRINA MÉDICO-LEGAL balizada, a exemplo de Genival Veloso de França (autor amplamente estudado em todo o Brasil): papiloscopia, avaliação da arcada dentária e avaliação de amostras de DNA são técnicas primárias de identificação. Os meios de identificação (primários ou não) utilizam técnicas visando determinar a identidade de alguém. O reconhecimento não é uma forma de identificação humana e sim uma simples declaração laica, que carece da técnica científica.

Na fundamental obra “Medicina Legal” de Genival Veloso de França (Ed. Guanabara Koogan – 11. Edição, página 62), é possível se ler, in verbis:

“Finalmente, é necessário que se diferencie o reconhecimento da identificação. O primeiro significa apenas o ato de certificar-se, conhecer de novo, admitir como certo ou afirmar conhecer. É pois uma afirmação laica, de um parente ou conhecido, sobre alguém que se diz conhecer ou de sua convivência.”

E continua: “Já a identificação é um conjunto de meios científicos ou técnicas específicas empregados para que se obtenha uma identidade. É um procedimento médico-legal cuja finalidade é afirmar efetivamente por meio de elementos antropológicos ou antropométricos que aquele indivíduo é ele mesmo e não outro...”

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que menciona como corretos os itens “I, II e III apenas”.

Recomenda-se, portanto, o indeferimento do recurso e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE.

**Conclusão da Banca:** Alteração do Gabarito Preliminar da opção cuja resposta é “repressivas” para a opção cuja resposta é “educacionais”.

**Questão 95 (Medicina legal):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 95 aborda o tópico “Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia” do Programa da Disciplina de Medicina Legal.

A questão avaliava o conhecimento do candidato sobre lesões promovidas por ação contundente e por projéteis de arma de fogo.

Conforme a doutrina médico-legal balizada, a exemplo de Genival Veloso de França, os itens I, II e IV estão conceitualmente corretos. Também é o observável na prática pericial. O item III está incorreto pois nos disparos de arma de fogo a curta distância, no corpo humano, podem ser encontrados efeitos primários e secundários do projétil de arma de fogo.

Nada há a ser alterado.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que menciona as afirmativas verdadeiras, conforme o texto, os itens “I, II e IV”.

Recomenda-se, portanto, o indeferimento do recurso e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/UECE..

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Estatística (96 a 100)**

**Questão 96 (Estatística):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 96 aborda o item 2 do conteúdo de estatística. Para resolução dessa questão, o candidato deverá identificar a função de probabilidade a ser utilizada. E, para a resolução do problema, o candidato deve:

1. conhecer o tipo de variável com que ele está trabalhando;
2. saber identificar a distribuição de probabilidade adequada à situação apresentada, com base nas suas características; além do mais, quando o enunciado informa o valor de  $e^{-3} = 0,049787$ , se o candidato conhece as fórmulas das distribuições de probabilidade e que a variável é discreta, ele conclui que a distribuição de probabilidade adequada para resolver o problema é a Poisson;

ter conhecimento da fórmula da Distribuição de Probabilidade Poisson.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 97 (Estatística):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 97 aborda o item 2 do conteúdo de estatística, onde o candidato deve:

1. ter o conhecimento de eventos independentes e dependentes. Quando o evento é dependente, a probabilidade de cada sucesso é alterada, conseqüentemente a probabilidade de insucesso não será a mesma;
2. saber definir corretamente o que será o “sucesso”, que é definido com base no que se quer analisar. O enunciado da referida questão pede a probabilidade de a pena ser reduzida, logo o sucesso será  $X =$  redução da pena. Se o sucesso é redução da pena, a probabilidade

de cada sucesso é  $p = 0,6$  e insucesso =  $(1-p) = 0,4$ . Como não existe alteração na probabilidade de sucesso, significa que os eventos são independentes;

saber que, para o cálculo da probabilidade de nenhum dos escolhidos ter sua pena reduzida, tem-se que calcular a  $P(X = 0) = 0,4 \times 0,4 \times 0,4 \times 0,4 \times 0,4 = 0,01024$ .

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 98 (Estatística):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 98 aborda o item 1 do conteúdo de estatística, onde se apresenta uma tabela de Distribuição de Frequência, e solicita que o candidato assinale com **V** a afirmação verdadeira e com **F** a afirmação falsa.

1. A idade média é de 9 anos. **VERDADEIRA**
2. A distribuição é assimétrica. **FALSA:** A distribuição é simétrica, pois o número de ocorrências está distribuído uniformemente em torno da média, ou seja, o número de ocorrências à esquerda da média é igual ao número de ocorrências à direita da média,
3. A idade mediana é de 10 anos. **FALSA:** Para responder a esse item, não há necessidade de cálculo, pois quando a distribuição é simétrica, temos que a média = moda = mediana. Como se confirma no item 1 que o valor da média é de 9 anos, logo conclui-se que a mediana é de 9 anos e, conseqüentemente, a afirmação é falsa.
4. A incidência de casos com crianças com idade inferior a 8 anos é de 32,50%. **VERDADEIRA**
5. A melhor representação gráfica para essa distribuição gráfica é o gráfico em pizza. **FALSA:** Não se usa o gráfico em pizza para representar uma distribuição de frequência. Diante do exposto, a opção correta é a que corresponde à sequência **V F F V F**.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 99 (Estatística):**

**Fundamentação da Banca:** A questão 99, que aborda o item 2 do conteúdo de estatística, apresenta uma tabela onde consta o sexo e o tipo de crime cometido por 480 detentos. Sorteia-se aleatoriamente uma pessoa desse grupo e questiona-se a probabilidade de a pessoa escolhida:

- I. ser do sexo feminino e ter participado de um sequestro.  $F = \text{ser do sexo feminino}$  e  $S = \text{ter praticado um sequestro}$ .  $P(F \cap S) = (30/480) = 6,25\%$
- II.  $M = \text{ser do sexo masculino}$ ;  $A = \text{ter realizado um assalto}$ .  $P(M \cup A) = (330/480) + (100/480) - (60/480) = 72,92\%$
- III.  $H = \text{ter cometido homicídio}$ ;  $F = \text{sexo feminino}$ .  $P(H \cap F) = n(H \cap F)/n(F) = (60/150) = 40,00\%$
- IV.  $E = \text{ter cometido estelionato}$ ;  $P(E) = (160/480) = 33,33\%$

As respostas apresentadas foram: I. 6,25% (correta); II. 74,92% (incorreta); III. 40,00%; IV. 34,10% (incorreta), então os itens corretos são: I e III apenas.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido de anulação da questão.

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

**Questão 100 (Estatística):**

**Fundamentação da Banca:** Para responder à questão 100, que aborda o item 2 do conteúdo de estatística, o candidato deverá ter o conhecimento de probabilidade pontual, definida por  $P(X=x)$  e probabilidade acumulada apresentada por  $P(X \leq x)$ , o que significa a soma das probabilidades de todos os valores menores ou igual a  $x$ . Essas representações de probabilidade pontual e probabilidade acumulada estão disponíveis em todos os livros de estatística. Se obtemos a probabilidade acumulada somando as probabilidades nos pontos, logo podemos obter a probabilidade pontual a partir da probabilidade acumulada, para isso basta subtrair, uma vez que precisamos da probabilidade pontual para obtermos o valor médio. No nosso caso temos:

X = Redução (ano)	2	4	6	8	10
$P(X \leq x)$	0,40	0,70	0,85	0,95	1,00
$P(X=x)$	0,40	0,30	0,15	0,10	0,05
$XP(X=x)$	0,80	1,20	0,90	0,80	0,50

O objetivo dessa questão é avaliar o conhecimento do candidato quanto às probabilidades pontual e acumulada, e a relação entre elas, além do seu conhecimento do cálculo do valor médio ou valor esperado de uma função de probabilidade discreta.

$$E(X) = \sum XP(X=x) = 4,2$$

**Conclusão da Banca:** Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

.....